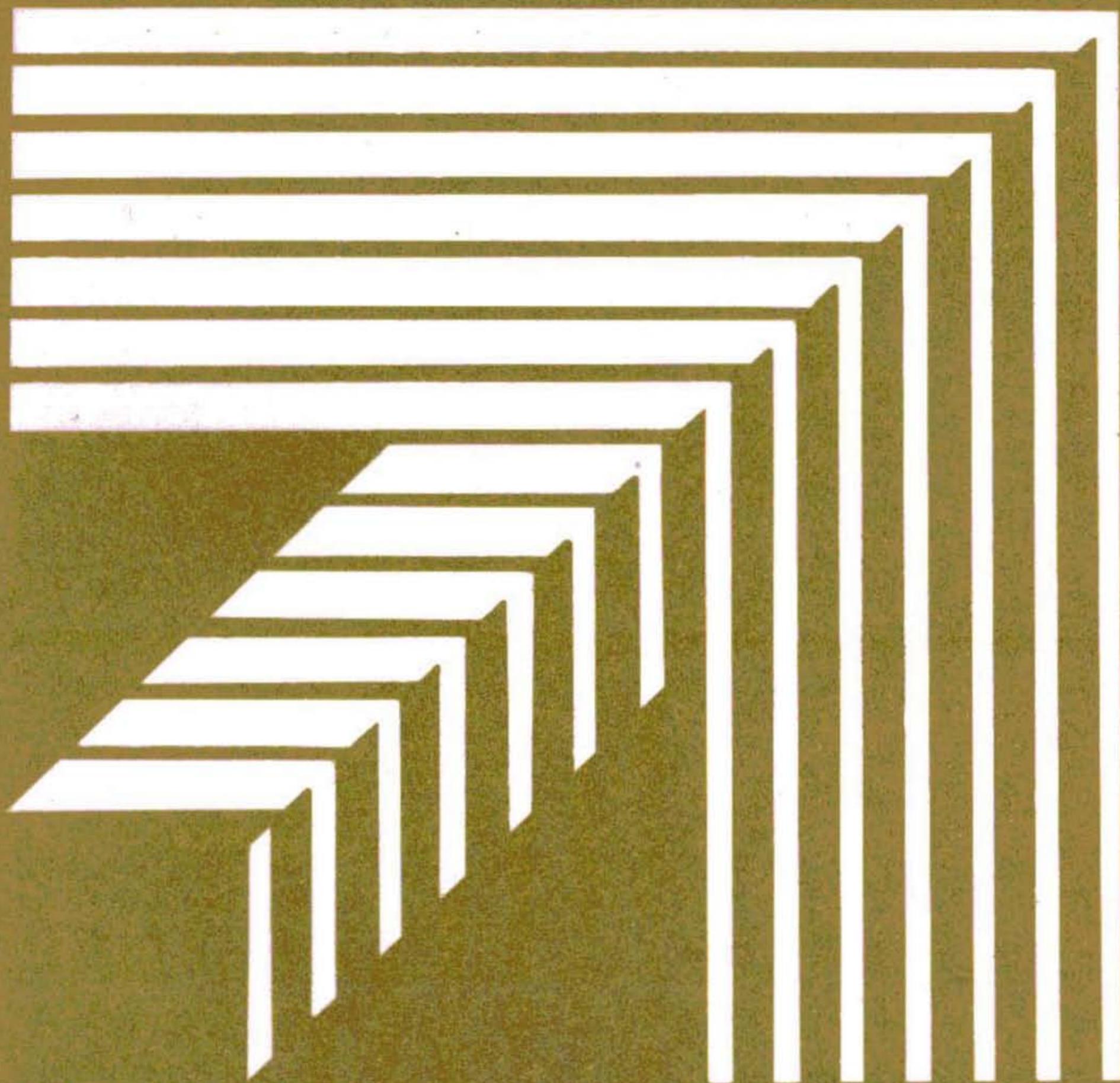


convergência

MAR — 1987 — ANO XXII — Nº 200



- **IDENTIDADE HISTÓRICA DA IGREJA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS** — Pe. Cleto Caliman, SDB — página 102
- **COMUNIDADE RELIGIOSA E RE-INSERÇÃO NO MUNDO DOS POBRES** — Pe. Marcelo de Barros Souza, OSB — página 114
- **TEMPO E CRESCIMENTO INTERIOR**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SI — página 124

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Atico Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ

Assinaturas para 1987

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea	Cz\$ 230,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea	US\$ 48,00
Número avulso	Cz\$ 23,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Uma seta como símbolo. A semiologia é o estudo dos sistemas não verbais com a finalidade de complementar a comunicação verbal, escrita ou falada, e/ou exercê-la de modo independente. Está voltada, sobretudo, para os signos da cultura. O signo é um objeto material chamado **significante** e que não inte-

ressa por suas propriedades materiais mas como algo a que corresponde um investimento semântico, o **significado**. Das relações entre **significante** e **significado**, assim entendidos, sobressai uma variedade fundamental de signo, o **símbolo**, que opera por contigüidade instituída entre ambos, não obstante a recíproca heterogeneidade. Um dos significados culturais do signo-símbolo de nossa capa é este: **seta é o que anda com rapidez. Seta é o que mostra direção**. A partir desta perspectiva semiológica, **CONVERGÊNCIA** quer poder ser, em 1987, como nos anos anteriores, uma parte significativa do múltiplo sistema verbal escrito de comunicação da Conferência dos Religiosos do Brasil e, como sua linguagem simbólica, irreduzível, portanto, à materialidade do **significante**, ajudar na escolha da direção e da velocidade da Vida Religiosa daqueles que vivem e trabalham na Igreja do Brasil. **CONVERGÊNCIA**, como **SETA**, quer desfazer dúvidas. Orientar. Confirmar opções. Dar segurança. Fazer avançar. Acelerar na marcha. Apressar o futuro. Permanecer firme, a despeito da movimentação envolvente ao redor. Deus abençoe e confirme nossos propósitos (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	65
INFORME DA CRB.....	67
O MENOR, DESAFIO AO PROFETISMO DA VIDA RELIGIOSA HOJE NO BRASIL CRB Regional de São Paulo.....	89
IDENTIDADE HISTÓRICA DA IGREJA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS Pe. Cleto Caliman, SDB	102
COMUNIDADE RELIGIOSA E RE-INSERÇÃO NO MUNDO DOS POBRES Pe. Marcelo de Barros Souza, OSB	114
TEMPO E CRESCIMENTO INTERIOR Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ.	124

EDITORIAL

Expressão privilegiada do espírito quaresmal é a **CAMPANHA DA FRATERNIDADE**. A Igreja no Brasil, há longos anos, quis dar ao tempo litúrgico da Quaresma uma dimensão evangelizadora, sem dele retirar o profundo senso penitencial, seu impulso de conversão.

Quaresma é, tradicionalmente, momento intenso de avaliação da vida, pessoal e social, no confronto com a Vida de Cristo. Momento de interiorização, na prece e meditação. Tempo de mudança de si, do próprio jeito de ser, de pensar e viver. Tempo de decidida retomada da vida segundo a Palavra Daquela que é o Caminho da Vida. Mas é também tempo de intensa elaboração de agudo olhar sobre a realidade para a evangélica percepção do que ela é, de como nela se insere o cristão. Tempo do que se deve decidir e desencadear para que o todo humano se impregne na Vida que o Cristo anuncia.

Esse é o **KAIRÓS!** Momento do gesto gracioso que Deus nos faz em sua permanente atitude, carregada de infinita paciência e misericórdia, do Pai que, à porta da casa, aguarda o retorno do filho para que a casa seja arrumada e a festa se faça. **KAIRÓS** da conversão, da mudança radical. De cada um e da realidade toda.

A **CAMPANHA DA FRATERNIDADE** dessa Quaresma de 1987 induz os cristãos do Brasil a assumir essa atitude de compromisso com o novo que alvorece na Páscoa do Senhor e que deve ser implantado na sociedade brasileira.

“**A FRATERNIDADE E O MENOR — QUEM ACOLHE O MENOR A MIM ACOLHE**” é o ponto de vista a partir do qual a Igreja no Brasil, nesse ano, incita os cristãos a avaliar a realidade que ali está, a extrair desse confronto à luz do Evangelho, as razões mais contundentes para uma conversão pessoal e social, na mudança da realidade que nos envolve.

“Hoje, no Brasil, a fome mata sete crianças em cada cinco minutos, a violência está se tornando cada vez mais cruel e estima-se em trinta e seis milhões o número de menores marginalizados” (In Texto Base da CF-1987, CNBB, n.º 2).

Uma sociedade que se permite isso, é criminosa. Vive no pecado. Gera pecado. Carece de evangelização e conversão. Precisa de Profetas que denunciem essa des-graça. Reclama Evangelizadores que anunciem e articulem a graça da construção de uma sociedade nova, onde a criança seja um dom acolhido, uma promessa do novo! Quares-

ma e Páscoa nisso estão em jogo!

CONVERGÊNCIA leva a seus leitores:

— “O MENOR, desafio ao profetismo da Vida Religiosa hoje, no Brasil”, é fruto da experiência de uma equipe de Religiosas e Religiosos (GRE-PRÓ-MENOR) da CRB Regional de São Paulo. O grupo liga-se também à Pastoral do Menor sob a responsabilidade de Dom Luciano Mendes de Almeida, SJ, na Arquidiocese de São Paulo. Nesse texto o GRE-PRÓ-MENOR expõe sua experiência em seus quatro anos de existência. O calor profético do Espírito perpassa pela vida desse grupo e nas entrelinhas desse texto!

— “A identidade histórica da Igreja no Brasil nos últimos vinte anos”, de Pe. Cleto Caliman, SDB. É palestra proferida no Encontro sobre “Dimensão comunitária e participativa da Igreja à luz do Vaticano II, de Medellín e de Puebla”, organizado pelo Instituto Nacional de Pastoral, da CNBB, em maio de 1986. Posteriormente foi publicada in “Leigos e Participação na Igreja: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil”, da Coleção Estudos da CNBB, n.º 45, Ed. Paulinas, São Paulo, 1986. p. 17-35. Dentro do projeto de re-leitura da caminhada da Vida Religiosa no pós-Concílio, projeto que a CRB está concretizando por sua Equipe de Reflexão Teológica, esse texto de

Pe. Cleto Caliman, SDB, tem particular valor.

— “Comunidade Religiosa e re-inserção no mundo dos pobres”, de Pe. Marcelo de Barros Souza, OSB. A partir de uma conversa entre acampados e um grupo de Religiosos, Pe. Marcelo faz uma reflexão que aqui partilha com os leitores de **CONVERGÊNCIA**. Dela retira um desafio que atinge a raiz do próprio ser religioso e de seu viver em comunidade. Os dispersos, não pela soberba do próprio coração mas pela injustiça social, os pobres e assentados à beira da vida, lançam longo olhar para os agraciados, congregados na comunhão da Vida Religiosa. Olhar cheio de expectativas, de sofrida esperança de encontrar o caminho da conjugação das próprias fraquezas, a força dos pobres.

— “Tempo e crescimento interior”, de Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, é um texto tão denso quanto pouco extenso. Em postura sapiencial, Pe. Marcello faz valiosa reflexão sobre o tempo, seu sentido, sua grandeza como espaço de crescimento e vida. Nele se faz a história, a do conjunto e a pessoal. Nele a vida nasce e floresce. Nele a liberdade, flor da vida, desabrocha, apesar de lenta e custosamente. Nele se permeiam morte e vida, esperança e luta, dor e alegria. Nele, Deus e Homem jogam os dados da construção do Reino.

Pe. Atico Fassini, MS

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE

Realizou-se de 20 a 25 de outubro de 1986 em Petrópolis, RJ, o SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE, promovido pela CRB Nacional com a colaboração de seu Grupo de Reflexão sobre Saúde (GRS).

O TEMA central do Seminário foi:

"O RELIGIOSO NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SAÚDE".

O Seminário contou com a presença de 73 Religiosos, representantes de 16 Regionais de CRB, de duas Religiosas da República Dominicana, de um membro do GRI Nacional, do Padre Pedrinho Guareschi, Assessor da Linha 6 da CNBB, dos Assessores: Prof. Victor Vincent Valla, Prof. Nilson do Rosário Costa e Frei Leonardo Boff e dos membros do GRS Nacional.

A dinâmica favoreceu muito a participação criativa do grupo, levando a um resultado positivo e à concretização dos objetivos do Seminário, além de ter criado um clima fraterno entre os participantes.

O Seminário teve **3 momentos fortes:**

1) O levantamento da realidade da política da saúde, feito pelas diferentes

Regionais da CRB, e as exposições feitas pelos Assessores sobre:

- * Análise da Constituição do Sistema de Saúde no Brasil.
- * Participação popular e cidadania.
- * Conceito de saúde.
- * Ações Integradas de Saúde (AIS).
- * Caminhada da Igreja.

Esses foram os elementos que constituíram o VER.

2) Dentro do JULGAR, Frei Leonardo Boff, OFM, fez reflexões sobre a crise social, a identidade da Vida Religiosa e sua inserção em meios populares.

3) Depois de VER a realidade, e iluminados pelo JULGAR, os participantes do Seminário chegaram a algumas conclusões práticas (AGIR) que podem ajudá-los em sua caminhada como Religiosos na luta pela saúde do povo:

a) O GRS da CRB Nacional continue apoiando as Regionais de CRB, oportunizando momentos de reflexão, partilha e estudo, fornecendo subsídios e assessoria para um maior aprofundamento e vivência da dimensão profética da Vida Religiosa.

b) Incentivar os Religiosos a um maior comprometimento: com e nas organizações populares, na luta pelos direitos do povo, com a saúde comunitária e medicina alternativa, como exi-

gência que nasce da fé no Deus Libertador.

c) Aprofundar o ser religioso na ótica da evangelização libertadora, impulsionando a articulação Hospital-Comunidade e estudando, através de seminários em nível nacional e regional, a socialização das Instituições de Saúde.

Irmã Eliane de Calis, SDS

REENCONTRO DO PRO-FOCO I

Realizou-se, de 24 a 30 de setembro de 1986, no Convento Madre Regina, PETRÓPOLIS/RJ, o reencontro do grupo de Contemplativas que realizou, de 1982 a 1984, em 5 etapas, o Curso para Formadoras Contemplativas — PRO-FOCO I — promovido pela CRB/Nacional.

Diversas Ordens Contemplativas formavam o grupo de reciclagem do PRO-FOCO I. Várias famílias religiosas estavam ali representadas: Beneditinas (6), Passionistas (3), Concepcionistas (3), Clarissas (1), Visitandinas (3), Redentoristas (1), Ramo Contemplativo de Sion (1) e Carmelitas (8), vindas do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Espírito Santo. No rosto de cada uma estampava-se a alegria do reencontro e a expectativa pela matéria a ser focalizada: "Formação da Consciência Crítica", pelo Pe. J. B. Libânio, SJ.

Abrindo o curso, Irmã Teresinha Pegoraro, CSJ, Secretária Executiva da CRB/Nacional e Coordenadora do PRO-FOCO, acolheu a todas as participantes, situando a finalidade e o sentido deste novo momento que íamos viver. Salientou os objetivos do encontro:

01. Rever a caminhada pós-curso para avaliar a programação e atividades desenvolvidas no Curso e sua repercussão na vida.

02. Favorecer o intercâmbio e a troca de experiências.

03. Oportunizar a continuidade da Formação Permanente.

Frater Henrique Cristiano José Matos, CFMM, professor e membro da Equipe de Coordenação do PRO-FOCO, coordenou as atividades que visavam rever a caminhada pós-curso.

Realmente houve um momento de grande entrosamento, quando as participantes puderam fazer uma avaliação das experiências do PRO-FOCO I e expressar as grandes expectativas relacionadas com a reciclagem.

Todas tiveram oportunidade de expressar-se, levando em consideração os seguintes pontos:

1. Qual a repercussão do PRO-FOCO, no plano pessoal e comunitário.

2. Dificuldades concretas enfrentadas, em relação ao PRO-FOCO.

3. Sugestões para a continuidade do PRO-FOCO.

Ressaltamos apenas alguns aspectos apresentados, como síntese dos grupos:

01. A P R O V E I T A M E N T O :

a) a nível pessoal:

maior embasamento da própria vocação contemplativa;

maior valorização do próprio carisma e dos valores específicos de cada Ordem;

maior auto-confiança e conhecimento, frutos das aulas do PRO-FOCO e do assumir um trabalho de melhor cultivo pessoal;

maior gosto e incentivo para o estudo.

b) a nível comunitário:

abertura progressiva para o outro, fortalecendo o clima de unidade e comunhão;

a prática do discernimento comunitário, favorecendo o crescimento da comunidade;

maior diálogo intercongregacional;

o despertar para a necessidade da formação permanente e de aprimoramento litúrgico;

o intercâmbio e a entre-ajuda dos Mosteiros.

02. D I F I C U L D A D E S

a) quanto à transmissão do PRO-FOCO às Comunidades:

falta de tempo,
trabalhos inerentes à comunidade,
resistências,
incapacidade.

b) outras dificuldades:

o aspecto econômico,
diferentes níveis de escolaridade.

03. S U G E S T Õ E S

Haja continuidade do PRO-FOCO
Que a CRB promova:

Cursos de curta duração

Curso sobre Orientação Espiritual

Encontros de Contemplativas, a nível regional.

Durante três dias, de 26 a 28, Pe. João Batista Libânio, SJ, desenvolveu com muita clareza e sabedoria o tema central do encontro: A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA.

Foram dias densos de conteúdo, de uma riqueza e aproveitamento muito grandes. Essa matéria nos desafiou e nos questionou, lançando-nos para um estudo e uma análise da nossa ação com a ajuda de elementos e instrumentais que tivemos oportunidade de estudar mais detalhadamente.

Houve tempo para fazer alguns exercícios práticos, podendo assim tornar mais clara a teoria apresentada.

Tivemos ainda a alegria de ter conosco Ir. Claudino Falqueto, FMS, Presidente Nacional da CRB, que expôs ao grupo a caminhada e as Conclusões da XIV AGO.

Tendo presente a prioridade assumida para o triênio 1986-1989, Ir. Claudino propôs que, em grupos, procurássemos as linhas de ação que poderiam ser assumidas pela Vida Contemplativa, fazendo assim comunhão com todos os Religiosos do Brasil.

Chegamos à seguinte conclusão:

* Sendo a vida contemplativa, como fenômeno e como comunidade, uma Vida Profética, para entrar em sintonia com a prioridade e linhas de ação da XIV AGO, propomos três linhas de ação:

1. Seja o Mosteiro uma escola de Oração comunitária e pessoal, aberta a todos, sem que haja prejuízo para a vida das Irmãs.

2. A hospitalidade possibilite retiros, participação na oração, atendimento pessoal, descanso, para todos que pro-

curarem o Mosteiro e, sem interesse econômico, anuncie a gratuidade de Deus e expresse nossa opção pelos pobres.

3. A vivência fraterna dos membros da comunidade manifeste a todos a possibilidade dos homens serem verdadeiramente irmãos e de poderem dizer: "Vêde como se amam..."

Para fechar com "chave de ouro" este nosso reencontro, tivemos um dia de oração, orientado pelo Pe. Spencer Custódio Filho, SJ.

Na Missa de encerramento, ao Ofertório, Religiosas das diferentes ordens apresentaram as conclusões do plenário, condensando as linhas de ação para a vida contemplativa, cantando no final de cada uma: "Sabes, Senhor, o que temos é tão pouco para dar, Mas este pouco, nós queremos com os irmãos compartilhar".

Reunidas pela última vez em plenário, com a presença do Ir. Claudino Falqueto e de Irmã Teresinha Pegoraro, as participantes tiveram oportunidade de avaliar a caminhada destes dias. Esta avaliação foi marcadamente positiva e expressou uma imensa gratidão à Coordenação da CRB, por tudo o que faz pela Vida Contemplativa. Fica externado aqui, um agradecimento especial ao Ir. Claudino que se dedica com muito interesse e carinho à programação e realização do PRO-FOCO; à Ir. Teresinha Pegoraro que acompanhou o grupo com dedicação e desvelo e muito ajudou com suas explicações para uma inteligência maior da matéria. E também ao Frater Henrique que, com sua amizade e alegria, muito nos incentiva a caminhar sempre.

Aproveitando esse nosso encontro, redigimos uma carta ao Revmo. Pe. Eusébio Hernandez, Secretário da Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares (CRIS), sendo assinada por todas as participantes.

Pe. Eusebio, em sua visita ao Brasil, em julho de 1986, tendo participado da XIV AGO, mostrou-se interessado em conhecer o Curso do PRO-FOCO e revelou um carinho muito especial à Vida Contemplativa.

Ao concluir esse nosso encontro, louvamos e agradecemos ao SENHOR pela riqueza humana e espiritual que nos proporcionou através da CRB, o que nos ajuda a viver com maior amor e mais intensidade nossa vida religiosa contemplativa na Igreja hoje.

**Irmã Maria Angélica da Eucaristia,
OCD**

IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA. JUBILEU DE OURO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: 1937-1987

A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS ESCOLARES DE NOSSA SENHORA foi fundada na Alemanha, em 24 de outubro de 1833, por Madre Maria Teresa de Jesus Gerhardinger, beatificada pelo Papa João Paulo II, no dia 17 de novembro de 1985.

Teve início a Congregação num tempo de guerra, quando os adeptos do Iluminismo tentavam apagar, na Alemanha, a chama da fé. Por onde passavam os soldados revolucionários transformavam as escolas em quartéis. O

fechamento da escola de Stadtamhof Regensburg, dirigida pelas Cônegas de Notre Dame, despertou em Carolina, mais tarde, Madre Teresa, uma grande tristeza.

Pe. Miguel Wittmann, Vigário de Regensburg, a fim de dar continuidade à educação das meninas de Stadtamhof, prepara, então, Carolina e duas companheiras, para atuarem como professoras, orientando-as também para a Vida Religiosa. Via na educação das meninas a renovação da sociedade que depende da família onde a mãe é a primeira educadora.

A idéia tornou-se realidade. Com fé e coragem, Carolina superou as dificuldades da fundação, num longo preparo de 20 anos. Adotando, então, o nome de Maria Teresa de Jesus, fez uma nova Constituição, baseada na Regra das Cônegas de Notre Dame.

A espiritualidade de Madre Teresa influenciou profundamente sua Congregação: AMOR E ADORAÇÃO AO SS. SACRAMENTO — DISCERNIMENTO DA VONTADE DE DEUS — FUNDAMENTAÇÃO DA COMUNIDADE NA POBREZA — DEVOÇÃO A MARIA — INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DO CARÁTER.

A estrutura da nova Congregação era bem diferente dos moldes da época.

Afastou-se do modelo dos grandes conventos monásticos, enviando as Irmãs para **formarem comunidades pequenas**, de duas a três, a fim de **marcarem presença junto ao povo mais pobre, nas áreas rurais e pequenas aldeias**.

Insistia num **governo central unificador** para sua Congregação, a fim de manter um mesmo espírito, e estava

convicta de que a **Congregação poderia ser dirigida por uma mulher**.

O mistério pascal marcou a vida de Madre Teresa. Isto se provou em sua luta para obter a aprovação da Congregação, e sua alegria ao vê-la aprovada pelo Papa Pio IX, em 1865.

Pressões políticas e outros sofrimentos deram lugar a grandes esperanças. A Congregação expandiu-se na Baviera, em onze países da Europa e, em 1847, foi transplantada para a América do Norte. Ao morrer, em 9 de maio de 1879, Madre Teresa deixou 300 casas, com 3.000 Irmãs, atendendo às necessidades do tempo, em escolas elementares, creches, orfanatos e escolas de formação para a vida na família. Foram as IENS as pioneiras no desenvolvimento da Educação na Alemanha, onde Madre Teresa figura na galeria dos melhores pedagogos. A Congregação conta hoje com 8.000 Irmãs, em 21 Províncias, servindo em 32 países.

Em 1937, a vontade de Deus se manifesta novamente na história da Congregação das IENS, trazendo-a então para o Brasil, em São Paulo. Semelhante à situação do mundo na época da fundação, o Nazismo penetra na educação, fechando as escolas de orientação religiosa. Muitas Irmãs partem para outras regiões, em outros Continentes.

No mesmo espírito de Madre Teresa, as Irmãs iniciam suas atividades no Brasil, servindo aos mais necessitados: Hospital de Caridade, em Matão; Hospital de Misericórdia, em Itápolis, e Casa da Criança, em Jaú — todas iniciadas em 1937. O ano de 1937 é o marco inicial na história da Congregação, no Interior do Estado de São Pau-

lo. Chegam novos grupos de Irmãs, e, novas vocações vão surgindo. A partir de 1942, são assumidas casas na Capital de São Paulo. Em 1952, a Província expande-se para o Sudoeste do Paraná, em várias cidades pequenas.

Passamos momentos de morte e ressurreição. Hoje, a Província de São Paulo serve ao Povo de Deus em 3 Estados: São Paulo, Paraná e Minas Gerais, atendendo aos apelos de Deus e da Igreja do Brasil, em obras como: Creches, Lares, semi-internatos, asilos, trabalhos de Pastoral, dando especial atenção aos pobres, e vivendo seu **CARISMA, EDUCAÇÃO**, no sentido mais amplo: promover as pessoas, fazendo-as desenvolver suas potencialidades.

O Provincialato das IENS, em São Paulo, tem sua sede à Rua Nélio Fachada de Paiva, 84 — CASA VERDE ALTA — São Paulo, SP. É sua Superiora Provincial: Ir. Erika Szermak.

LOUVAMOS E AGRADECEMOS A DEUS POR ESTES 50 ANOS DE SERVIÇO, por todo o bem que temos feito, com Sua graça.

Ir. M. Rosa Dias da Costa

AS RELIGIOSAS DA ASSUNÇÃO CELEBRAM OS 75 ANOS DE SUA VIDA NO BRASIL

A Congregação das Religiosas da Assunção foi fundada na França em pleno século XIX — 30 de abril de 1839, num momento de grandes transformações políticas e sociais.

Nesse contexto surgem novos e grandes líderes, apóstolos e profetas, e entre essas vozes proféticas, MARIA EUGÊNIA MILLERET, Fundadora das Religiosas da Assunção. Em síntese, seu "grito" é que só "Jesus Cristo faz uma libertação que transforma a sociedade".

Refletindo anos mais tarde sobre a "obra" à qual foi providencialmente guiada, Maria Eugênia diz: "A Educação cristã sendo uma necessidade do tempo atual, pareceu-nos que essa nova família religiosa deverá consagrar-se a ela adotando... todo movimento efetuado nesse sentido — sob a proteção de Maria em sua Assunção, mistério de glória que nos enche de alegria e serve de sustentáculo à nossa fraqueza".

Maria Eugênia foi uma apaixonada pela Igreja e por sua época. Dotada de uma fé profunda e uma atividade intensa, é "impelida a tentar tudo para procurar fazer penetrar Jesus Cristo na sociedade".

A Congregação já nasceu marcada por seu espírito fortemente eclesial, e desde o início o carisma é claramente exposto e vivido na unidade de sua tônica contemplativo-apostólica.

Numa expressão que a caracteriza inteiramente, Maria Eugênia diz: "O mundo não é bastante grande para o meu amor". A partir desse pensamento as fundações se multiplicam e a Congregação se espalha em quatro Continentes.

CHEGAM AO BRASIL

Vivendo um período de grandes dificuldades com o Estado, as Religiosas

da Assunção foram expulsas da França o que, providencialmente, possibilitou o florescimento da Congregação em vários países.

No dia 7 de dezembro de 1911, após uma viagem marcada por muitos perigos (o navio Amazonas fazia sua última viagem), chegam ao Rio de Janeiro as seis primeiras Irmãs que vêm plantar no Brasil a semente do ideal de Maria Eugênia. Entre elas está Ir. Maria dos Anjos (Josefina Albano), a primeira brasileira a entrar na Congregação.

No dia 27 de dezembro foi escolhido o local da primeira casa da Assunção no Brasil, no Rio de Janeiro, em Santa Teresa. Já no dia 27 de janeiro de 1912 foi celebrada a primeira Missa e a fundação estava feita.

Por esse Colégio Assunção do Rio de Janeiro, que funcionou até 1973, passaram muitas gerações, e hoje tem nas suas ex-alunas um testemunho da solidez e profundidade da educação recebida.

A partir de 1974 houve uma transformação na obra desta casa. Em lugar de Colégio passou a ser Casa de Acolhida de grupos para cursos, retiros, encontros, continuando assim seu serviço à Igreja.

Só em 1935 aconteceu a segunda fundação e foi em São Paulo.

O Colégio Assunção de São Paulo é o único que a Província mantém em grande centro. Apesar das dificuldades por que passa a rede particular de ensino, empenha-se numa ação que seja transformadora, através de uma educação para a justiça.

A Assunção mantém, com ajuda do Estado, outros três colégios no Interior de Goiás: Itapaci, Miracema do Norte e Mara Rosa.

Através do trabalho no Colégio, e da atuação na pastoral paroquial, é a mesma obra de evangelização que as Irmãs realizam, buscando sempre inserir-se mais na realidade local.

Além da Comunidade que dirige o Colégio Tocantins, em Miracema do Norte (GO), há uma outra Comunidade que assume a coordenação do centro de Treinamento da Diocese e trabalha na pastoral paroquial.

Procurando sempre responder aos apelos da Igreja e às necessidades do povo, as Religiosas da Assunção estão presentes em Campo Grande e São Mateus, no Espírito Santo, participando ativamente na ação pastoral de formas as mais diversas.

Em Bom Destino, município de Santa Luzia (MG), uma comunidade assume a animação e coordenação da paróquia, sendo uma das Irmãs nomeada vigária.

No movimento de revisão das obras, o Colégio de Goiânia foi fechado, e atualmente as Irmãs trabalham numa invasão. Colaboram também na pastoral da paróquia e mantêm um centro de promoção humana. A acolhida e ajuda às Irmãs que vivem e trabalham no norte do Estado continua sendo seu grande serviço.

No "Sítio Assunção", em Teresópolis, numa região de veraneio, e em Mogi das Cruzes, numa inserção rural, o "Sítio Betânia", as Irmãs, além de atuar na pastoral local, mantêm o serviço de acolher grupos de retiro, encontros, etc.

Desde 1977 a Assunção está na Cachoeirinha, bairro operário de Belo Horizonte, onde a Província tem seu Noviciado. Além da atuação na pastoral, as Irmãs mantêm um centro de promoção humana que presta grande serviço não só ao bairro onde moram, mas a outros vizinhos.

Por ser mais central, a casa Provincial foi transferida de São Paulo para Brasília em 1975.

Além da sede da província, Brasília conta também com a "Casa de Retiros Maria Eugênia", que responde a uma necessidade da arquidiocese. As Irmãs colaboram em alguns setores da pastoral e dirigem uma obra de promoção humana.

Nos campos mais diversos, numa atuação sempre **educativa**, as Religiosas da Assunção no Brasil querem ser fiéis a seu carisma e, conforme o pensamento de sua Fundadora, ter "uma ação incisiva mesmo em sua pequena esfera". E assim trabalham na transformação da sociedade pelo Evangelho.

Ir. Ana Maria de Oliveira, RA

A PASTORAL COMO EIXO INTEGRADOR DA FORMAÇÃO PRESBITERAL. CRITÉRIOS E SUGESTÕES

CONVERGÊNCIA leva a seus leitores preocupados com a formação presbiteral, dois documentos de épocas distintas. Um transcreve as orientações definidas por Reitores de Seminários Maiores, em 1986. Outro, uma curiosidade histórica,

reflete as preocupações pela formação do Clero no início do século.

Participando do Encontro Nacional de Reitores de Seminários Maiores e Institutos Filosófico-teológicos, realizado em Belo Horizonte de 17 a 20 de julho de 1986, juntamente com a 5ª Assembléia da OSIB, refletimos sobre a formação pastoral dos futuros presbíteros, convencidos de que ela constitui o "eixo" central e integrador de toda a formação presbiteral.

Inspiramo-nos nos documentos sobre a formação presbiteral, publicados a partir do Concílio Vaticano II pela Igreja Universal e pelo Episcopado brasileiro, ajudados particularmente pela ampla e fundamentada exposição de Frei Honório Rito de Leão Brasil, OFM, no início dos nossos trabalhos.

Colocamos em comum nossas experiências e procuramos analisar algumas com maior profundidade, para delas tirar indicações válidas também para outras situações.

Examinamos particularmente as dificuldades comuns — sejam os obstáculos mais evidentes, sejam as falhas ocultas que se revelam somente ao olhar mais crítico e penetrante — para buscar os caminhos de sua superação e de uma formação presbiteral que corresponda aos anseios da Igreja, povo de Deus, neste momento, e seja adequada aos desafios que despontam em nosso horizonte.

Procuramos, finalmente, elaborar critérios e sugestões a respeito da formação presbiteral, tendo como "eixo integrador" a formação pastoral, visando concretizar e explicitar as diretrizes básicas traçadas por nossos Bispos no

documento sobre a "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil" que desde 1985 orienta nossos seminários.

Para documentar nosso trabalho e para compartilhá-lo com nossos colegas professores, seminaristas, junto com as Igrejas locais e comunidades religiosas, transcrevemos aqui os principais resultados de nosso debate. São proposições e sugestões, que não pretendem constituir um quadro exaustivo do tema que abordamos, mas que confiamos úteis para estimular a reflexão e a ação nas diversas situações em que serão acolhidas e assumidas.

As proposições que seguem estão divididas em três itens:

1 — **Os fundamentos** da visão pastoral que deve integrar a formação.

2 — **Os critérios** práticos que devem ordenar a inserção pastoral.

3 — **Sugestões** de alguns passos mais urgentes, a serem dados, para criar condições de uma formação pastoral mais adequada.

1 — FUNDAMENTOS

1.1 — A Igreja está no mundo marcado por conflitos e contradições que questionam a própria Igreja, sua prática e a eficácia de sua ação.

1.2 — O maior questionamento é a presença de milhões de pessoas em condições desumanas geradas pela injustiça, cabendo, portanto, à Igreja rever sua ação pastoral de maneira a responder a esse desafio, em vista da construção do Reino.

1.3 — A Igreja é a comunidade de fé, isto é, dos batizados que, convoca-

dos pelo Pai, em lugar e tempo concretos (= Igreja Particular), anunciam a boa nova do Reino, aceitam o desafio de responder a tudo aquilo que o contradiz, e celebram o memorial da vitória já alcançada por Cristo em sua ressurreição.

1.4 — Para garantir essa missão, Jesus Cristo envia o Espírito Santo que distribui dons e carismas a todos os membros da Igreja, em vista das necessidades, tornando, portanto, toda a Igreja ministerial.

1.5 — Dentre os vários ministérios está o presbiteral que tem, além de outras, a função de garantir a fidelidade na missão e a comunhão, tanto entre os membros da comunidade, quanto, unidos ao Bispo, com outras Igrejas particulares, na unidade da Igreja universal.

1.6 — Por isso a formação dos presbíteros deverá capacitá-los para a compreensão do mundo com todos os seus desafios e contradições e para o serviço na Igreja toda ministerial, garantindo a comunhão em suas dimensões particular e universal.

1.7 — Para se garantir esse tipo de formação, é imprescindível a experiência de uma vida comunitária inserida, o mais possível, junto ao povo.

1.8 — Isto ajudará os formandos a compreender melhor a realidade; ter um estilo de vida despojado e pobre; desenvolver a capacidade de relacionamento; e a integrar-se melhor na Igreja local.

1.9 — É necessário, portanto, que os candidatos ao presbiterato integrem em sua vivência três aspectos fundamentais à formação:

1.9.1 — **Espiritualidade.** Como Cristo que, guiado pelo Espírito Santo em sua missão, reconciliou o mundo com o Pai, o futuro presbítero, seguindo Jesus, estará atento aos novos apelos do Espírito de Deus em nosso tempo.

Essa espiritualidade consiste na identificação com Cristo, pastor e servo de seus irmãos; na encarnação na vida concreta do povo e na solidariedade com suas causas; na contemplação da ação de Deus na história dos homens e atenção aos sinais dos tempos; na meditação da Palavra de Deus; na vida litúrgica, principalmente na Eucaristia.

1.9.2 — **Estudo.** O estudo ajudará o futuro presbítero a compreender o mundo com todos os seus desafios; a assimilar e aprofundar o específico da mensagem cristã; e, a partir disso, a ser capaz de elaboração contínua, de respostas pastorais, em comunhão com toda a Igreja.

1.9.3 — **Pastoral.** A pastoral é o eixo unificador de toda a formação do futuro presbítero.

É necessário buscar uma pedagogia de inserção pastoral que leve em conta, de um lado, o processo de maturação do candidato com seu ritmo próprio e, do outro, a necessidade de diversificação das experiências, dentro do conjunto formativo, para uma determinada realidade de Igreja particular.

2 — CRITÉRIOS PRÁTICOS

A — EM GERAL

2.1 — Todos são corresponsáveis pelo processo formativo dos candidatos ao presbiterato — bispo, presbítero,

leigos, religiosos, comunidade eclesial, os próprios candidatos e, de modo especial, os formadores e professores, dos quais se espera participação ativa e testemunho.

2.2 — Os candidatos ao presbiterato não de conhecer teórica e praticamente o plano de pastoral da diocese onde vivem, participando também de assembleias de pastoral. Os seminaristas religiosos deverão também conhecer os planos de seu Instituto.

2.3 — A formação pastoral seja vista como permanente.

B — EM RELAÇÃO ÀS ETAPAS

a — Admissão

2.4 — O candidato já tenha certa vivência cristã e experiência de inserção pastoral, acompanhada pela comunidade.

b — Durante a formação

2.5 — O candidato há de pautar seu modo de viver na opção pelos pobres, vivendo de maneira modesta.

2.6 — Terá vida de verdadeira comunhão e participação, dentro de sua comunidade.

2.7 — É preciso perfeita integração entre casa de formação e instituto.

2.8 — Os estudos não de primar pelo conteúdo e profundidade, com vistas à formação pastoral.

2.9 — O programa de estudos conduza, de forma interdisciplinar, aos verdadeiros objetivos da formação pastoral.

2.10 — A oração, e toda a espiritualidade deverão levar o candidato à

ação pastoral, e esta, por sua vez, motivá-lo a reencontrar-se, a exemplo de Cristo, com o Pai, na contemplação.

2.11 — A espiritualidade leve o candidato a agir em nome de Cristo Pastor; com sensibilidade para com os pobres, os pequenos e marginalizados; com respeito à religiosidade popular; com atitude crítica e profética diante da realidade; com pedagogia pastoral frente à comunidade.

2.12 — A inserção pastoral na comunidade deverá ser acompanhada, contínua, abrangente, progressiva e diversificada, levando a experiências positivas de realização pastoral.

2.13 — O acompanhamento pastoral significa ajuda para planejar, executar, avaliar e celebrar todas as atividades pastorais; ajuda para realização de estágios; desafio a uma reflexão que faça o candidato passar de situações particulares e imediatas para uma visão mais crítica e global, levando-o a tematizar suas experiências para discussão a nível teológico; preparo para aceitar e enfrentar situações de conflito na vida e missão da Igreja; encontros freqüentes de revisão com os responsáveis — formadores, párocos, coordenadores de pastoral, que saberão aceitar em clima de abertura as diversas formas de diálogo, organização e crítica dos seminaristas.

2.14 — Em sua prática pastoral, o seminarista busque agir de acordo com os apelos da realidade, não substituindo as lideranças locais e tendo presente a história da comunidade onde se insere.

c — Ordenação

2.15 — Para a ordenação presbiteral tenham-se como critérios básicos, entre outros, as atitudes, as experiências e o engajamento pastoral dos candidatos.

3 — SUGESTÕES

3.1 — Todo Seminário ou Comunidade de formação fará **revisão** de suas atividades, procurando discernir se a pastoral é realmente o **EIXO INTEGRADOR** da formação.

3.2 — À luz dos critérios fundamentais e práticos aqui expostos, o Seminário ou a Comunidade formativa elabore um **plano** de trabalho, para levar a formação a uma inserção mais orgânica e plena na pastoral e na vida eclesial.

3.3 — Promova-se o entrosamento do programa e da metodologia dos estudos com o conjunto da formação. Como orientação básica para isto, utilize-se o quadro proposto pela OSIB no documento "Orientações para os Estudos Teológicos" (n. 80). Promovam-se, periodicamente, reuniões dos responsáveis pelas comunidades de formação com professores e diretores dos Institutos de Filosofia e Teologia.

3.4 — Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos promovam: a adequação de seus programas de estudos às necessidades pastorais da Igreja local; a elaboração de novos programas, livros de texto e subsídios didáticos para a formação mais adequada à realidade brasileira; a pesquisa e a assessoria com relação aos problemas pastorais das comunidades eclesiais.

3.5 — As Casas de Formação cuidem da iniciação à ação pastoral dos estudantes de Filosofia, orientando-os para observar, escutar e aprender mais que para fazer ou liderar. Cuidem também de estimular formas de diálogos e reflexão, em que o estudante possa relacionar os estudos filosóficos com sua fé e com seu engajamento pastoral.

3.6 — Seja feito esforço sério, por parte de Dioceses e Congregações, para implantar o "Propedêutico", onde ainda não existe.

3.7 — Evitando a pressa na ordenação dos novos presbíteros, introduzam-se períodos prolongados de estágios pastorais: nas férias; entre a Filosofia e a Teologia ou em outro momento dos estudos, interrompendo-os durante um ou dois anos; antes da ordenação e após a conclusão do curso teológico, no estágio diaconal.

3.8 — Sejam incentivadas todas as formas de encontro e de diálogo entre os protagonistas e colaboradores do processo formativo: estudantes, formadores, professores, agentes de pastoral. Em particular: — Leigos sejam associados ao planejamento e à avaliação das atividades pastorais dos seminaristas. — Os Institutos Teológicos promovam a atualização ou a formação permanente dos padres que orientam as atividades pastorais dos seminaristas.

3.9 — Elaborem-se programas e promovam-se cursos de preparação de professores, que contribuam para a formação dos estudantes de Teologia na área de pedagogia, pastoral e comunicação social.

3.10 — Promovam-se com mais frequência, em nível regional ou inter-regional, encontros de formadores, para comunicação de experiências e aprofundamento das diretrizes pedagógicas.

(*) *Conclusões do Encontro Nacional de Reitores de Seminários Maiores e Institutos Filosófico-Teológicos juntamente com a 5.^a Assembléia da OSIB (Organização dos Seminários e Institutos Brasileiros), realizado em BELO HORIZONTE, MG, de 17 a 20 de julho de 1986. A CRB Nacional se fez presente a esse Encontro que tratou da formação pastoral dos futuros presbíteros.*

O PLANO DO PE. CAMILO TORREND, SJ, PARA A FORMAÇÃO DO CLERO EM BELÉM DO PARÁ, 1914

Em qualquer época, a discussão sobre a formação do clero nunca deixou de despertar atitudes profundas, e apesar da existência de um leque de opiniões das mais variadas, sempre cabia, em última análise, a autoridades eclesásticas e a suas equipes de formadores espirituais, culturais e intelectuais, a árdua tarefa de educar o clero do futuro.

Interessava, portanto, a todos os membros da Igreja, o conhecimento de vários modos de formar o clero, realizados ou apenas idealizados. A título de informação histórica, gostaríamos de apresentar um plano, daqueles idealizados, em 1914, e, atualmente realiza-

do, em certos aspectos, no Nordeste. O plano é tão fascinante como seu autor, o jesuíta francês, Camilo Torrend. Incluído numa carta escrita pelo jesuíta ao seu Provincial, Pe. Antônio Pinto, em 30 de outubro de 1914, o plano falará por si, mas para a sua melhor compreensão, precisa de alguns dados sobre o Pe. Torrend.

PE. CAMILO TORREND

Nasceu em Saint-Privat d'Allier, França, em 21 de janeiro de 1875. Dotado de grande capacidade intelectual, fez seus estudos secundários na Escola Apostólica de Montciel, França, com tanta distinção que foi logo convidado a lecionar letras na mesma Escola. Devido à influência de seu irmão mais velho, Pe. Julio Torrend, SJ, missionário em Zambézia, Moçambique, o Torrend mais jovem entrou na Companhia de Jesus no Noviciado do Barro, Portugal em 1894. Fez seus estudos filosóficos no Colégio de São Francisco em Setúbal, e seu magistério no Colégio de São Fiel, lecionando francês e história natural. Coursou teologia em Dublin, Irlanda, onde se ordenou em 1907. Regressou a Portugal e começou sua carreira pedagógica e científica no Colégio de Campolide em Lisboa. A Revolução Portuguesa de 1910 estourou quando o Pe. Torrend estava fazendo a Terceira Provação na casa do Noviciado do Barro. Foi preso junto com os outros jesuítas, mas, sendo francês, ganhou sua liberdade através da diplomacia dos representantes franceses em Lisboa. O Pe. Torrend fez o máximo para melhorar a situação dos seus colegas ainda presos. Somente dois anos depois, em 1912, pôde fazer sua profissão religiosa em Aisemberg,

Bélgica, onde funcionava o noviciado da exilada Província Portuguesa.

Em 1913, o Pe. Torrend ensinou no colégio aberto pelos jesuítas portugueses no Château de Dielighem, perto de Bruxelas. Nesse mesmo ano conseguiu, através da diplomacia francesa, a devolução de sua biblioteca especializada em micologia e de sua coleção científica confiscada pelas autoridades lusas. Baseando-se nessa coleção, o Pe. Torrend se tornou conhecido pelos seus trabalhos botânicos publicados na "Broteria", "Bulletin de la Société Mycologique de France", e "The Irish Naturalist".

Em 1914 veio para o Brasil onde suas atividades botânicas e religiosas expandiram-se rapidamente. O Colégio Antônio Vieira em Salvador, Bahia, foi a sede principal de seus trabalhos. Lá ensinou apologética e biologia até 1953. De 1932 a 1943 exerceu a cátedra de fitopatologia e botânica na Escola Agrícola da Bahia. O Pe. Torrend deixou um número extraordinário de artigos científicos e publicações de natureza didática. Faleceu no Colégio Antônio Vieira, no dia 24 de junho de 1961.

O PLANO

Parece que o Pe. Torrend passou por Belém logo na chegada ao Brasil. Os jesuítas expulsos de Portugal em 1910 iniciaram seus trabalhos na Bahia e, em 1911, enviaram a Belém, a pedido do Bispo Dom Santino Maria da Silva Coutinho, os dois jesuítas, Pe. Antônio de Azevedo e Pe. Domingos Gomes, para ensinar no seu Seminário Diocesano. Supomos que o Pe. Torrend visitou estes dois Padres que moravam na Residência Episcopal. Provavelmente o tra-

balho de seus colegas no Seminário fez o Pe. Torrend pensar na formação do clero, e, uma vez de volta a Salvador, escreveu a carta, contendo o plano concebido por ele, a seu Provincial.

Segue-se carta na íntegra:

“Vossa Ra. quer ouvir os sonhos dourados que me passaram pela mente durante os dias que passei em Belém? Nada menos do que continuar a obra dos nossos primeiros Padres ahí, i. e. fundar um pequeno seminário, espécie de Eschola Apostolica para todas as Ordens e Clero Secular, e tambem para nós se depois do Grande Seminário, i. e. depois da ordenação, ainda perseveraram na vontade de entrar na Companhia, pois considero como difficillimo para um Brasileiro do Centro ou do Norte de poder ter toda a sua formação na Companhia. Depois de ordenado é muito mais facil, especialmente se tem já meia formação jesuítica no Seminário.

“Desde já lhe digo que conforme estes sonhos — como logo se verá bem documentados — poderemos ter no decorrer dos annos mais de 50 alumnos, sem gastos nenhuns para a Província ou Missão, a não ser no primeiro anno dois ou três contos francos para accomodar a casa ou construir.

“O plano não me parece utopia. E se não se pode realizar em Belém, nas suas linhas principaes, pode, creio, realizar-se em qualquer parte, e tambem em Portugal, quando para lá, formos, como jugo, depois da guerra.

“Este plano nas suas linhas geraes é o seguinte: Educar como fomos educados em França pelo Pe. Gire, na Eschola Apostolica, como foi educado o

Pe. Luisier, como o foram os actuaes Provinciaes da Louisiana e do México, o Reitor de Montréal, etc. etc. e uma pleade de homens illustres que tornam a nossa Eschola Apostolica, sem contradicção nenhuma, a melhor que tenha existido sob poncto de vista educativo, graças ao Pe. Gire. Em Jette, Va. R. lembra-se que trocamos ideas a este respeito, infelizmente a má vontade dos nossos, e as camadas sociaes deonde eram tirados os nossos alumnos, não deixaram fazer nada. Com alumnos da roça ou das classes trabalhadoras o plano é de execução fácil.

“Coisa notável. A educação do Pe. Gire pelos trabalhos manuaes e pesados que tem dado tão admiraveis resultados, é tambem a que invocam os livros de pedagogia moderna como sendo a melhor para conservar a saude, e desinvolver a iniciativa e o culto do esforço, sem os quaes uma nação ou uma sociedade está fatalmente condemnada a decahir, em frente das outras nações mais laboriosas e emprehendedoras. Na Companhia, creio firmemente, que a causa por que certas Provincias são mais rachiticas ou mais decadentes do que outras é por que esta verdade não foi attendida. Não se desenvolveu sufficientemente o culto do esforço e da iniciativa. Assim tornam-se os horizontes acanhados, e incapazes de comprehender os planos de alguns “rari nantes” mais emprehendedores. De modo que tambem os esforços d'estes ficam inutilizados. O tempo passa-se em criticas, e em demolir, e não se construe nada de sério.

“Planos de estudos.

1) “Todos os dias, exceto aos domingos, haverá 4 horas d'aulas assim repartidas: das 9 h. até 9 e meia; das

9 e três quartos até 10 e três quartos; das 1 e um quarto até 2 e três quartos.

"Como se vê o esforço intellectual é quasi todo de manhã. A preparação das aulas é especialmente de manhã antes do primeiro almoço, além de meia hora antes do deitar e de três quartos antes da aula da tarde.

2) "Das três às seis da tarde haverá trabalhos agrícolas. A quinta de Belém bem administrada dá facilmente de comer a todo o pessoal e os alumnos. Assim só se compraria carne, a qual só se daria uma vez por dia, como se costuma na roça. O pão seria também substituído como na roça pelo "angu" de milho ou de mandioca. Quem esteve em falta sabe quanto fizemos render a quinta.

"D'esta maneira a despeza diária seria minima, apenas 100 reis fracos de carne diária por alumno, pois que a carne é barata no Brazil; i.e. 5000 reis por 50 alumnos. (a esmola de uma missa diária).

3) "A quinta de Belém se presta admiravelmente para grandes culturas de arroz, milho, hortaliça, feijões, bananas, etc. etc. Nos dez dias que passei ahi fizemos uns trabalhos de drenagem que além de sanear bellos terrenos, deram uma abundância extraordinária de água que serve agora para irrigar uma grande extensão da horta, sem trabalho nenhum.

4) "Embora eu esteja persuadido que não seria preciso exigir nada dos pais dos alumnos, a não ser o fato de vestuário dos filhos, comtudo nos primeiros annos, para que não houvesse surpresas desagradaveis, exigir-se-hia 5000

reis mensaes, os quaes se poderiam pagar em gêneros, milho, arroz, gallinhas etc. E dado caso, que julgo impossivel, que isso não bastasse, depois de um anno ou dois de experiencia, exigir-se-hia 10:000 reis mensaes (fracos) metade dos quaes em moeda.

5) "O pessoal docente no primeiro anno, constará apenas de um ou dois professores, por ex. algum Ir. Coadj. cansado de aturar rapazes nos collégios: no segundo anno o Pe. Borrel ou outro Padre de Belém facilmente darão conta do recado; no terceiro anno acrescentar-se-ha um terceiro professor, ou tomar-se-ha algum professor externo, antigo alumno e amigo nosso, os quaes não faltam n'este Brazil afora. Como nunca haverá mais de 10 ou 15 alumnos em cada aula, será fácil arranjar e formar bons professores externos. Depois de acabar o seu curso, creio até que se poderá encontrar muito bons professores entre os antigos alumnos. Na Eschola Apostólica do Pe. Gire de 5 ou 6 prof. havia 3 ou 4 antigos Apostólicos, e a Província só fornecia os Professores de Rhetórica e de Humanidade além do Superior, i.e. 3 Padres ou Escholásticos para 80-100 alumnos.

6) "O programma de estudos seria quanto possível o clássico, i.e. de maneira que não seriam precisos professores especialistas. Bastariam os universalistas.

7) O local para este seminário não custa a arranjar em Belém. Para o primeiro anno, em que mal se pode esperar mais de 10 alumnos, basta comprar as duas casas terreas entre as nossas e a Igreja, i.e. gastar um conto fraco quando muito. Entretanto começar-se-

ha a construir entre a igreja e a última casa que proponho que se compre. Com a ninharia de dois contos fracos, segundo diz o próprio Pe. Reis, se pode construir aqui uma ótima casa de dois andares, com adobos, servindo as paredes da igreja para um lado da nova casa. Os roceiros darão facilmente a madeira precisa. As dependências da igreja podem servir de dormitório a mais de 40 alunos e a nova casa projectada daria no andar de cima uma série de quartos para os nossos, além de outra camarata contígua à camarata da igreja.

8) "Os alumnos iriam a fêria todos os annos, se quizessem, e os pais haviam com certeza de nos auxiliar muito, pois estariam satisfeitissimos de poder formar os seus filhos sacerdotes, vocação aqui muito apreciada, a tão pouco custo."

(Arquivo da Escola Apostólica de Baturité, Carta do Pe. C. Torrend ao Pe. Provincial, Bahia, 30 out. 1914.)

Pe. Ferdinand Azevedo, SJ

CRB REGIONAL DE BELÉM: DIMENSÃO PROFÉTICA DA MULHER NA BÍBLIA

A partir do estudo do documento "Os Profetas Bíblicos interpelam a Vida Religiosa" é focalizada a dimensão profética da mulher na Bíblia. As figuras de Resfa e Débora iluminam hoje, a caminhada das mulheres, acenando para a sua participação ativa na trajetória da libertação, sem perder de vista a função essencial da mulher: dar a vida e defendê-la.

As notas de "Os Profetas bíblicos interpelam a V.R." se desenvolvem ao redor de três pontos: O profeta é essencialmente um crítico — O profeta é essencialmente um crítico de tipo religioso — O profeta é profeta da realidade concreta.

É nesta linha que se coloca esta reflexão sobre a mulher e a profecia. As mulheres que escolhemos como pista de aprofundamento do tema, não se inserem no profetismo clássico, aliás somente uma delas é chamada de profetiza. Embora, na Bíblia, sejam lembradas umas mulheres como profetas, acredito que se quisermos aprofundar o tema devemos sair do esquema comum.

A mulher na Bíblia é profeta enquanto, de qualquer lugar que ela se encontre, faz gestos altamente críticos e por isso proféticos.

Sua ação geralmente é um desafio contra quem ameaça a vida e por isso é sempre uma opção em favor da vida. Sua escolha em favor da vida se torna no meio do povo a "memória" de Javé, o Deus da vida.

RAQUEL: DESAFIO À MORTE

Lendo atentamente Gênesis 35,16-20, reparamos que estamos no meio de uma luta. No alvo desta luta há uma mulher: RAQUEL. É a eterna batalha entre a morte e a vida.

O próprio texto nos apresenta a cena: no início estão concentrados elementos de vida: dar à luz — parto — parteira (no hebraico, estas palavras têm a mesma raiz); no fim encontramos elementos de morte: entregar a alma — morrendo — morreu — foi en-

terrada — túmulo. Entre a morte e a vida há um filho.

O filho é o cerne entre as duas partes. O filho é a causa da morte da mãe, mas é também a causa da sobrevivência da memória da mãe na história.

Dentro deste acontecimento de morte e vida, de derrota e esperança, a voz da mãe se levanta e se projeta no futuro através do nome que ela mesmo dá ao filho: chama-o de BENONI.

BEN-ONI = sua interpretação pode ter dois significados: filho da minha dor — filho do meu luto — filho do meu enterro; mas pode ser também filho da minha força.

A mãe assume a morte na vida do filho, mas para fazer isso deve apropriar-se do papel do pai a quem pertence o direito de dar o nome ao filho. Raquel se apropria deste direito porque toma consciência de que na realidade, o filho pode viver porque ela aceita morrer. Neste desafio à estrutura social, à morte, o pai Intervém e muda o nome do filho, barrando a esperança da mãe de continuar a viver no nome do filho e o chama de Benjamin.

BEN-JAMIN quer dizer: filho da mão direita — filho do sul — filho do lado direito — filho da força — filho da fortuna.

Raquel, do profundo de seu drama, quer permanecer no tempo, fixar no nome do filho a lembrança da mãe (é bom notar que o nome que ela dá leva o possessivo meu). A intervenção de Jacó barra a aspiração legítima de Raquel.

A situação é de desapropriação total e radical: a mulher é privada da vida, é privada da lembrança. Sua morte tem que ser esquecida. Sua vida é arrebatada, mas também lhe é roubado o sentido de sua própria morte.

O texto vai além, um novo elemento aparece, e talvez é aqui que devemos descobrir o valor profético de Raquel.

Dissemos que Benoni pode ser também 'filho da minha força'. Raquel é a esposa amada de Jacó (Gen 28,18ss), é no nome que ela impede o esposo de expropriá-la. Mulher pouco fecunda, à beira da morte na expressão máxima de fraqueza, num gesto de entrega total de amor ao esposo e ao filho, aceita ser esquecida para não colocar sobre o esposo e o filho um sinal eterno de luto. É nesta extrema fragilidade que ela se ergue em defesa da vida, além da morte, porque o filho é homem, portanto, expressão de força de futuro.

Raquel vive a morte como evento de vida, doando-se totalmente e assumindo sua morte, aceita a desapropriação do sentido de sua morte e liberta o filho da sombra que a morte da mãe representa para ele. A mãe será para Benjamin somente motivo de alegria, de esperança, de futuro. Mas, um profeta, Jeremias da tribo de Benjamin, guardava a memória da matriarca de seu clã e a faz ressurgir no momento em que o povo estava à beira do desespero como luz, como esperança. Quem agora está morrendo é o filho do povo, que foi infiel a Javé, o Deus da vida. Nas palavras do profeta (Jer 31,15-17), ela se levanta do sepulcro e chora pelo filho exilado. Sua voz lembra ao povo-filho que ela assumiu

a morte em favor da vida e convida o povo a assumir a morte do exílio como passagem obrigatória para voltar a viver.

Nas palavras do Profeta, Raquel se torna memória crítica para o povo infiel e ao mesmo tempo, esperança, porque indica o caminho: voltar ao lado de Javé, o Deus da vida.

RESFA: DESAFIO À RAZÃO DE ESTADO

Difícilmente quem lê o segundo livro de Samuel se lembra desta mulher. RESFA é uma das tantas concubinas de Saul, passa de um homem para outro, acompanhando as vitórias e derrotas dos reis. Neste anonimato, mais do que outras, vive a tragédia de ser mulher e mãe.

RESFA, concubina de Saul, teve com ele dois filhos. Com a morte do rei, passa a viver no harém do oficial Abner. Isso desagrade Isbaal, filho de Saul; suas queixas desencadeiam um processo que leva ao cabo a dinastia legítima de Saul e a afirmação de Davi como único rei (2 Sam 3,7-11). Encontramos, de novo, Resfa no cap. 21. Sua situação é bem mais trágica: não é somente objeto que passa de um dono para outro; é envolvida no maior desamparo, no meio de uma vingança.

Os habitantes de Gabaon exigem de Davi vingança total contra o que sobrou da família de Saul. O Rei Davi, em nome da segurança nacional, da 'razão de estado', não querendo provocar conflitos com os aliados, entrega sete descendentes da casa de Saul; entre eles há os dois filhos de RESFA. Todos são enforcados e desmembrados, e em sinal de grande desprezo,

deixados sem sepultura, à mercê das aves de rapina, violando o que dizia Dt 21, 22-23.

Resfa, mulher, mãe, concubina, desafia o mundo dos homens e do poder. Sai do harém e noite e dia permanece no lugar onde estão expostos os assassinados, defendendo-os dos aves rapaces e das feras.

Um homem, um rei, em nome da razão de estado, da segurança nacional, em nome da 'paz' se dobra diante de uma exigência cruel e vingativa.

Uma mulher concubina, cujo valor social e político é zero, sai do harém e com seu gesto desafia o rei, a cidade, o mundo dos homens.

É uma mulher sozinha: o pequeno contra o grande; um nada, um caco da sociedade que tem a coragem de se colocar ao lado dos assassinados pelo poder, objeto de desprezo e de escárnio. Do fundo de seu ser mulher, do ser mãe, descobre a força para quebrar as correntes de uma educação que recebera e que a deixava à margem da vida social, e de se colocar contra uma cidade, contra seu próprio rei.

Seu gesto pode ser considerado inútil: as pessoas já estavam mortas. Pode-se pensar que a sua ação foi temerária: porque colocar em jogo sua própria vida quando não havia nada a fazer? Todos motivos suficientes para desistir.

Resfa, em toda sua vida, calou-se resignada com o seu destino de ser objeto na mão de homens, objeto dentro da história. Agora, frente a este acontecimento, assume sua vida e torna-se sujeito de seu destino, de sua história. Sozinha, no rochedo, num si-

lêncio absoluto, através de seu gesto, grita o absurdo da violência, reivindica o direito do inocente, denuncia o horror, a inutilidade daquelas mortes feitas em nome de uma paz, de uma razão de estado, de uma religião que trai seus próprios fundamentos: Javé, o Deus da vida e não da morte.

DÉBORA: DESAFIO ÀS ESTRUTURAS SOCIAIS

Débora, é a única entre as três mulheres que recebe o nome de profetisa. Seu cântico é um dos textos literários mais antigos e, talvez um dos poucos escritos por uma mulher.

Sua história se insere na época dos Juízes. É o período em que o povo hebreu ensaia a sociedade igualitária, que vai mais ou menos de Josué à Monarquia.

Débora recebe o nome de "profetisa" e de "mãe de Israel". Isso nos leva a pensar que neste ensaio da nova sociedade, havia mulheres que lutavam para sair do estado de minoridade em que o ambiente as relegava. Ainda mais, Débora entra no número dos seis grandes Juízes, apresentados pela Bíblia como "heróis populares".

Ela sentava debaixo de uma palmeira, dando conselhos ao povo que a procurava. Através dos que a procuram se torna conhecedora da ameaça que está pesando em cima do seu povo: Sisara e seu forte exército.

Também os homens da tribo estão a par dos acontecimentos, mas não se mexem. Talvez a superioridade numérica e das armas de ferro do inimigo os amedronta.

Débora toma a iniciativa: convoca Barac, vai à luta com ele, mas esta vi-

tória não será dos homens, será das mulheres: Débora e Jael (Juízes 4 e 5).

Ela vai contra todos os moldes que a sociedade do seu tempo fixava para a mulher. A mulher devia ser a esposa e mãe. Sua tarefa era cuidar do marido e dos filhos. Débora foge aos esquemas: casada, exercia um cargo de serviço público ao povo; é profetisa e juíza numa época em que a mulher é excluída das questões políticas. A realidade e Deus a colocam frente a um desafio: ir à guerra, se envolver numa atividade exclusivamente masculina. Ela tem que ir ao combate com um homem que não era seu esposo e ainda mais, o lugar do conflito é fora da sua jurisdição.

Tudo parece ser desfavorável à sua participação direta. Mas, algo provoca sua decisão: seu povo está ameaçado, está em perigo de perder safra e vida. O apelo é duplo: o grito do povo, a voz de Javé, o Deus da liberdade, e isso rompe toda a sua indecisão e vai à guerra.

O povo terá sua vitória pela ação de duas mulheres, mas o profético não está na vitória: o gesto profético está em sua autoridade que provém de um serviço que ela presta à coletividade. Serviço intrinsecamente ligado à sua missão de mãe, isto é, em defesa da vida.

O contraste com as mulheres do harém é forte: elas dependem, aceitam passivamente as estruturas que as fecham entre muros, que as tornam bonecas. Débora não, quebra esta dependência, se torna ativa, exerce uma função pública que a leva a se infor-

mar, que a capacita a agir quebrando as estruturas que a prendiam como mulher.

O povo a chama de mãe, em Israel, porque entrega todo seu ser em favor da vida.

A mulher pode ser da roça, pode ser da cidade, pode ser do palácio, sempre é marginalizada, e é deste lugar que ela, recorrendo ao seu ser de mulher, encontra a força, a capacidade de fazer gestos proféticos, quer dizer, lembrar, no meio do povo, que Javé é o Deus da vida e não da morte.

Ir. Tea, Xaveriana

CRB REGIONAL DE BELÉM: O PAPEL DO RELIGIOSO NA LUTA PELA JUSTIÇA NA TERRA

Mateus, Marcos e João nos contam que Jesus, numa noite de vento, foi visto pelos discípulos, caminhando com segurança em cima de um mar agitado. Mateus acrescenta que Pedro também quis fazer a mesma experiência. Mas o resultado foi desastroso. Pedro começa afundar. Com o desespero nos olhos, ele gritou por ajuda. Jesus estendeu a mão prontamente e o segurou, repreendendo-o: "Homem fraco na fé, por que duvidaste?" (Mt 14,22-23).

Esse trecho do Evangelho vai nos iluminar a respeito da vida e do papel do religioso. O religioso é alguém que viveu o drama do afundamento; que fez a experiência de uma mão estendida para salvá-lo; que quer viver profe-

ticamente a sua existência, se tornando, por sua vez mão estendida.

1 — O DRAMA DO AFUNDAMENTO

Quando Jesus prepara os seus profetas ele quer que eles experimentem antes a fraqueza e a instabilidade, a insegurança. Pedro experimentará, em várias formas, o drama humano de quem não consegue pisar em terra firme. Ele se tornará discípulo de quem nem pedra possui por travesseiro (Lc 9,58). Pedro fará a experiência do afundamento físico (Mt 14,30) e da velhacaria moral, renegando o seu mestre (Mt 27,69-75). Ele será repreendido asperamente pelo próprio Jesus (Mt 16,23) e por Paulo (Gál 2,11). Mas, a este homem "fraco na fé" (Mt 14,31), Cristo confia a sua comunidade (Mt 16,18), lhe confia o papel de confirmar os seus discípulos (Lc 22,32) e de apascentar as suas ovelhas (Jo 21,17).

A mesma coisa acontece com os outros profetas e até com o próprio Cristo. Para poder dar confiança (Lc 23,46; Hb 12,3), precisa ter experimentado o desânimo e até o desespero (Lc 22,40; Mt 27,46). — Para compreender os pobres precisa ter recebido repulsas (Lc 2,7) — Para saber enxugar lágrimas, (Ap 21,4) precisa ter chorado bastante (Mc 14,34; Hb 7,7).

2 — A GRAÇA DE U'A MÃO ESTENDIDA

Quando tudo estava perdido, u'a mão estendida salvou Pedro (Mt 14,31). Esta é a segunda característica do ser Profeta. Ele não poderia ser, ficando só na experiência do afundamento, do fracasso, do desespero. Ele deve experimentar a graça da salvação. Deve

fazer experiência de um Deus que está perto, que estende a mão, que salva. Esta experiência é qualificante. Sem ela não há profeta.

Assim, não seria suficiente Moisés experimentar o sofrimento do povo e a própria incapacidade de libertá-lo. Deve passar pela experiência da graça, deve entrar na intimidade de Deus. A pele do seu rosto deve se tornar brilhante na sua conversa com o Senhor. (Ex 34,29). Com Isaias se passa a mesma coisa. Ele sabe que é um homem de lábios impuros (Is 6,5). Mas Deus se fará presente como fogo abrasador, para purificar-lhe a boca e deixar na sua memória um marco indelével (Is 6,7).

3 — O RELIGIOSO PROFETA SE TORNA MÃO ESTENDIDA

Outro tipo modelo de religioso profeta é Abraão. A ele, Deus pede que faça a experiência de ser "peregrino e estrangeiro nesta terra" (Hb 11,13), para poder lutar por uma terra prometida. Abraão deve fazer a experiência da esterilidade para se tornar o Pai de todos os crentes. Homem sem terra e sem filhos, toda a sua vida se torna uma luta para ganhar uma terra e uma descendência.

Só quando Moisés experimentou a dureza da vida dos hebreus (Ex 2,11), é que "renunciou ser filho de uma filha do Faraó. Preferiu ser maltratado com o povo de Deus a gozar por um tempo do pecado. Ele considerou a humilhação de Cristo uma riqueza maior do que os tesouros do Egito, sem temer o furor do Rei e resistiu, como se visse o invisível" (Hb 11,24-27).

Eis aqui de novo as feições do Profeta: "ser maltratado com o povo" e "ter os olhos fixos na recompensa"; viver sem os privilégios dos grandes, na lama, nas favelas, nos cortiços, como se ele visse o Invisível. O Profeta não se pertence. Ele não vive em função de si próprio. Ele vive em função do povo pelo qual é constituído, e, como ele, o profeta se torna o servo sofredor que conhece a dor, o sofrimento, a humilhação. Um profeta que vive em palácios, a quem nada falta, que é respeitado e prestigiado já é suspeito. Ele não pode conhecer a vida e o desespero do povo a quem é enviado: um povo sem terra, sem liberdade, sem voz. Experimentar tudo isto é indispensável para que o Profeta se coloque no mesmo eixo de Cristo, que "em vez da alegria que lhe foi proposta sofreu a cruz" (Hb 12,2).

O Profeta pertence à geração dos sacerdotes a quem era proibido possuir a terra para não se deixarem dominar pela ganância e para se tornarem guardiães da partilha e da transcendência.

Ser profeta, hoje, é portanto, viver com o povo a falta de segurança, de moradia, de terra. Mas, não para ficar na paciência determinística que tudo aceita num silêncio acomodante. Precisa saber o que o povo passa, não para ficar calado, mas para denunciar as opressões e para dar fé e esperança a estes filhos de Deus. Não é permitido "vender o justo por dinheiro, e os pobres por um par de sandálias" (Amós 2,6). Não se pode juntar casa a casa, campo a campo, deixando os outros sem casa e sem terra (Is 5,8). Não é lícito assistir passivamente o drama daqueles que constroem casa e não

têm casa para morar, aqueles que trabalham a terra e não têm o que comer.

Um dos sinais messiânicos, isto é, da presença operante de Cristo, é que o pedreiro que constrói casas, tenha casa, que o lavrador que plantou e cultivou, tenha pão. (Is 65,21).

A falta disso, como muitas vezes acontece hoje, denuncia a ausência do Reino. O Profeta sabe que pão, casa, terra não são o Reino, mas sabe também que se estas coisas faltam é porque se está vivendo no cativeiro. Portanto, o Profeta, justamente porque fez a experiência do Invisível e da sua graça libertadora, não pode admitir um sofrimento causado pela ganância e pela injustiça. Ele lutará e colocará à disposição a sua vida e o seu sangue porque acredita que Deus não chamou o homem a uma vida desumana, mas planejou para ele novos céus e nova terra (Is 65,17).

Pe. Nicola Masi, SX

O DIA DE AMANHÃ: UMA CONFISSÃO DE FÉ

Creemos na VR, como graça de Deus e chamado para uma intimidade de amor.

Creemos na VR, como Terra Prometida, onde somos chamados a viver como irmãos.

Creemos na VR, como desafio para uma plenitude a ser alcançada com grandeza e fortaleza.

Creemos na VR, como casa aberta, onde todos são iguais e têm acesso franco à mesa comum.

Creemos na VR, como promessa de vida maior e melhor.

Creemos na VR, como consagração de vida e morte.

Creemos na VR, como caminho alegre, por onde se vai cantando, com sol e chuva.

Creemos na VR, onde é possível ser irmão de nossos irmãos e amar, até, os nossos inimigos.

Creemos na VR, como seguimento de Jesus Cristo, nosso irmão maior e nosso Deus bom, altíssimo e onipotente.

Creemos na VR, que desponta e reponta em nossa CRB, sempre pequena e sempre alviçareira, sempre medrosa com a surpresa da Páscoa e sempre destemida com o fogo de Pentecostes.

Creemos nesta VR que, se hoje, não é bem assim, bem o pode ser, com a graça de Deus, no DIA DE AMANHÃ.

Frei Neylor J. Tonin, OFM

Auto-afirmação e independência do tempo

“O tempo perguntou ao tempo quanto tempo o tempo tem. O tempo respondeu ao tempo que o tempo tem tanto tempo quanto tempo o tempo tem”. Leia à página 124: *Tempo e Crescimento Interior*.

O MENOR, DESAFIO AO PROFETISMO DA VIDA RELIGIOSA HOJE NO BRASIL

“No início faça o imprescindível; depois o possível; de repente estará fazendo o impossível”.

Grupo de Reflexão de Religiosos Pró-Menor
CRB Regional de São Paulo

Introdução

Somos um grupo de 11 religiosos de 9 Congregações da Regional da CRB — SP, denominado Grupo de Reflexão de Religiosos Pró-Menor (GRE-PRÓ-MENOR). Temos como objetivos básicos:

* Assessorar a Diretoria da CRB/SP no trabalho de promover, animar e coordenar o projeto de VR junto ao Menor.

* Propor atividades que oportunizem a renovação da VR neste campo, a partir do SER RELIGIOSO.

Como grupo existimos desde 1982, fruto da preocupação de um grupo de Superiores Maiores do movimento da Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, e sobretudo, devido ao dinamismo de Dom Luciano Mendes de Almeida, Bispo Auxiliar da Região do Belém e responsável pela Pastoral do Menor na Arquidiocese de São Paulo. Foram escolhidas 12 pessoas para a sua composição inicial à luz de alguns critérios:

* Representação das diversas obras e instituições que trabalham com o Menor.

* Diversidade de Congregações.

Em nossas reuniões mensais consagramos nosso tempo na consecução dos objetivos que traduzam nossa razão de ser:

* refletir sobre a VR junto ao Menor;

* estudar trabalhos realizados pelos Religiosos junto ao Menor, sobretudo sua missão evangelizadora a partir do ser religioso;

* buscar linhas comuns de ação que visualizem a presença própria do Profetismo da VR junto ao Menor.

As conclusões de nossas reflexões são publicadas na revista “NOSSO BOLETIM”, cuja temática surge de nossa experiência, assim como das necessidades sentidas no contato com Religiosos que trabalham com o Menor. Tais contatos têm seu momento forte nos Seminários ou Assembléias que realizamos anualmen-

te, seja a nível de toda a Regional, seja a nível dos Núcleos. Nestes quatro anos de existência já realizamos vários Seminários e Assembléias:

1984 — Seminário: “A Evangelização como Missão do Religioso Educador junto a Menor Empobrecido”. Participaram 69 religiosos de 28 Congregações.

1985 — “I Assembléia de Religiosos Pró-Menor”: estiveram presentes 181 Religiosos de 58 Congregações.

1986 — Duas Assembléias Regionais sobre “A evangelização junto ao Menor a partir do Ser Religioso”: São José dos Campos, com 59 religiosos de 24 Congregações, e Campinas, com 78 religiosos de 29 Congregações.

1987 — Pretendemos realizar um Seminário: “Animação de GREs Pró-Menor”.

A Revista **Convergência** pediu-nos que elaborássemos um artigo expondo nossas reflexões e experiências nesses 4 anos de existência, com o objetivo de aprofundar a VR e a CF/87: a Fraternidade e o Menor.

Acedemos ao pedido, conscientes de nossas limitações. Não somos especialistas em reflexão teológica, mas somente Religiosos seguidores de Cristo junto ao Menor, buscando viver aí a experiência de Deus através de nossa Consagração Religiosa.

Dividiremos o artigo em seis partes, através das quais comunicaremos nossas reflexões:

1. Vida Religiosa e Campanha da Fraternidade.

2. Cf/87 — Ano de Graça para os Religiosos do Brasil.

3. O Menor, o Cristo exigente e grande educador dos Religiosos.

4. A Missão Evangelizadora do Religioso junto ao Menor.

5. Alguns princípios e linhas de ação junto ao Menor a partir do Ser Religioso.

6. Sugestões práticas de uma opção pelo Menor numa Província Religiosa.

1. Vida Religiosa e Campanha da Fraternidade

A VR e a Campanha da Fraternidade surgem historicamente e têm como núcleo básico a dinâmica da **CONVERSÃO CRISTÃ**, em seus dois pólos: **FÉ** e **CARIDADE**, uma interior e outra exterior, que se traduz numa **mudança de coração**, a “metanóia” de que fala o Evangelho conforme a pregação tanto de João Batista como a de Jesus (Mt 3 e 4). O compromisso com o irmão, é a manifestação da **CARIDADE** que é a maior de todas as virtudes (1 Cor 13,13), o resumo da lei dos profetas (Mt 7,12), a prova da existência da Fé como diz São Tiago: “Assim como o corpo sem alma está morto, assim também a FÉ sem as obras” (Tg 2,26).

De fato, historicamente a Vida Religiosa surgiu na Igreja quando arrefeceu o testemunho dos mártires. E os Fundadores, com as Ordens ou Congregações Religiosas, deram resposta a valores evangélicos esquecidos. Por natureza, a VR é carismática e profética, i.e., situa-se na perspectiva do Sinal e Sacramento, tan-

to de Cristo como de sua Igreja. A Consagração Religiosa tem como objetivo o seguimento radical a Jesus Cristo pobre, casto, obediente, orante e Profeta, fazendo como Ele a experiência de Deus em profundidade a serviço dos Irmãos. Ser Religioso é ser vocacionado a ser "Cristo vivo e vivente" hoje, a visualizar a santidade da Igreja, da Comunidade Apostólica e das primeiras Comunidades Cristãs.

O mesmo podemos dizer da Campanha da Fraternidade que, "desde sua criação pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1964, tem por objetivo colocar em prática o espírito quaresmal de CONVERSÃO através de uma CARIDADE RENOVADA, sinal da RESSURREIÇÃO DE JESUS e prova da autenticidade da vida Cristã" (1).

A CF é vivida durante a QUARESMA, tempo litúrgico continuamente perpassado pelo tema da CONVERSÃO, e ao mesmo tempo portador da graça da conversão. É neste período litúrgico que a Igreja do Brasil oferece a todos os cristãos, e com maior razão aos Religiosos, a graça da CF que "é um dom especial de Deus à Igreja do Brasil em sua Missão primordial de evangelizar" (2).

Nesta perspectiva, "lembrando a radicalidade da vida cristã em seus dois pólos — FÉ e CARIDADE — a CF é um meio privilegiado de viver a Quaresma (CF/87 n.º 8), não só para todos os cristãos, mas sobretudo para os Religiosos pois estes devem ser na Igreja, e o são por vocação, os "profissionais da conversão", por uma mudança de vida que se

concretiza na **missão evangelizadora** a serviço de todos os homens, sobretudo dos mais empobrecidos, e no caso concreto, o Menor. É neste empobrecimento que o Religioso está sendo chamado, por vocação, a viver sua Campanha da Fraternidade neste ano de 1987, pois é nesta Fraternidade que se traduzirá sua dinâmica de "profissional da conversão permanente".

2. CF/87, Ano de Graça para os religiosos do Brasil

Por que esta afirmação um tanto categórica: "Campanha da Fraternidade-87, Ano de Graça para os Religiosos do Brasil"? Não seria isto uma afirmação poética, carregada de emoção ou romantismo? Responderíamos que tal interpretação somente poderia acontecer em grupos de pessoas cristãs ou religiosas com uma visão superficial tanto da Vida Religiosa como da situação gritante do Menor no Brasil.

A CF/87 tem como Tema: "A FRATERNIDADE E O MENOR", e como Lema: "QUEM ACOLHE O MENOR A MIM ACOLHE" (Mt 9,37). Fazendo um confronto entre a Missão dos Religiosos na Igreja, sobretudo no Brasil, e o tema da CF/87, poderíamos realmente afirmar que o ano de 1987 deverá ser um "ANO DE GRAÇA PARA OS RELIGIOSOS DO BRASIL". Afirmamos isto, fundamentalmente por três motivos:

1. Apelo dos Fundadores
2. O Profetismo da Vida Religiosa no Brasil.

3. A atual conjuntura brasileira e a opção da Igreja pelos pobres e em concreto pelo Menor.

1) É uma constante notar que a maioria significativa dos Fundadores receberam do Espírito o Carisma de servir as crianças e os jovens sobretudo os mais necessitados. Isso é normal pela importância da evangelização da juventude necessitada na tradição da Igreja, assumida com um enfoque mais comunitário, que assistencialista. Estamos certos que a CF/87 será para todas as Congregações Religiosas um espaço privilegiado para um "Encontro com o Fundador" e, à luz da sua intuição primeira, viver a dinâmica da "Re-fundação da Congregação". Essa dinâmica implica em três momentos, não cronológicos mais dialéticos:

* Reviver o Fundador, sendo "elemento mesmo para os dias de hoje", i.e, traduzi-lo e não copiá-lo ou repeti-lo.

* Rever nossas obras para perceber se realmente estão sendo as mediações mais apropriadas para cumprir a Missão específica da Congregação à luz do Carisma e dos apelos da Igreja.

* Discernir o valor evangélico-libertador das obras especificamente dedicadas aos Menores empobrecidos, atualmente mantidas pela Congregação, e abrir novos espaços. Neste sentido o Doc. CF/87 poderá dar muitas sugestões.

2) Além de ser um apelo aos Carismas Congregacionais a CF/87 é um apelo ao Carisma próprio da VR na Igreja, sobretudo em sua dimensão profética. Realmente, a situação dos empobrecidos, sobretudo do Me-

nor, constitui para os Religiosos no Brasil mais do que um apelo: a situação do Menor extrapolou os limites da calamidade, da "indecência", do escândalo, pois a suportabilidade de tal situação já chegou ao grau máximo. Estima-se hoje em trinta e seis milhões o número de Menores marginalizados no Brasil vivendo em situações subumanas tais como:

— Migrações forçadas que desintegram a família.

— Crianças sem terra e sempre ameaçadas nas suas raízes e na sua cultura.

— Genocídio infantil.

— Crianças abandonadas consideradas "filhas de ninguém".

— Comércio de crianças.

— Discriminação racial.

— Discriminação entre "Menores" e crianças, adolescentes e jovens.

— Prostituição de meninas e meninos.

— Trabalho precoce forçado, exploração do Menor como mão-de-obra barata.

— "Criança bóia-fria" e pequenos trabalhadores das olarias e fábricas de vidro.

— Crianças violentadas em todas suas formas na família, nas escolas, nas instituições e nas ruas.

— Crianças presas nas chamadas "casas de reeducação".

— Instituições que distanciam as crianças da vida.

— Arbítrio da polícia civil e militar (3).

Todo este quadro gritante em quantidade e intensidade constitui realmente um desafio ao profetismo da VR no Brasil, devendo fazer perder o sono e encher de "santa" ira a todo e qualquer Religioso, dada sua missão e razão de ser na atual conjuntura da Igreja: ANUNCIAR os valores do Reino; DENUNCIAR os anti-valores da atual sociedade; CONSTRUIR uma NOVA SOCIEDADE com sua ação transformadora. Para os próximos anos há ainda um apelo especial para que os Religiosos do Brasil vivam seu Profetismo: A Prioridade da CRB para o triênio 1986-1989 de assumir "O COMPROMISSO DE VIVER A DIMENSÃO PROFÉTICA DA VIDA RELIGIOSA":

* Discernindo criticamente no contexto sócio-eclesial, as formas adequadas de encarnação-missão.

* Impulsionando a inserção nos meios populares, segundo a diversidade dos Carismas.

* Aprofundando a espiritualidade que nasce da experiência de Deus no compromisso com a libertação do povo (4).

Fazemos notar que nas Linhas de Ação dessa Prioridade, cita-se explicitamente o compromisso com o Menor.

3) Um terceiro motivo para que a CF/87 seja para os Religiosos um ANO DE GRAÇA é a atual conjuntura brasileira em termos de definições frente à Constituinte, assim como a opção da Igreja pelos pobres e, em concreto, pelo Menor. Realmente o momento está "denso" de Sinais dos Tempos cujo clamor pode ser ouvido até pelos surdos. Pode-

ríamos dizer dos Religiosos, hoje em dia mais do que nunca em termos de profetismo, o que São Paulo dizia de si, com relação à pregação do Evangelho: "Ai de mim se não profetizar" (1 Cor 9,16).

Na perspectiva da opção da Igreja pelos pobres, compete aos Religiosos traduzi-la nos espaços onde a injustiça é mais gritante como é o caso do Menor, por ser "o mais pobre entre os pobres".

De fato o Menor é a pessoa sem referência, sem nome, sem identidade, sem raiz, sem esperança de situar-se no mundo como projeto de vida, sem ser sujeito de sua história e da história de seus irmãos.

Do menor pode-se dizer o que Isaías dizia do Messias: "Tão desfigurado estava seu rosto, que não parecia mais um homem ... Desprezado e abandonado pelos homens, homem de dores, experimentado no sofrimento, semelhante ao leproso de que a gente se desvia. Nós o desprezamos e o tivemos por nada" (Is 52, 13; 53, 12).

Teologicamente falando, o Menor é o "escândalo do mundo", lugar onde o homem é mais interrogado, e em consequência, o lugar teológico onde a Igreja, e sobretudo os Religiosos, podem testemunhar com mais evidência o Amor de Deus aos homens, e revelar o Reino e a Salvação trazidos de Cristo.

3. O menor, o Cristo exigente e grande evangelizador dos Religiosos

Sempre se tem falado, e nós o comprovamos em nossa experiência,

o Religioso que trabalha com os pobres, e no caso com o Menor, recebe muito mais do que dá. É também o testemunho de muitos Religiosos como o caso do Pe. Albert Nolan, dominicano sul-africano, que em 1983 declinou de sua indicação como Geral da Ordem para poder trabalhar junto aos oprimidos do país do Apartheid. Numa alocução que pronunciou diante do Instituto Católico para as Relações Internacionais, falou do "SERVIÇO AOS POBRES", e ao sugerir algumas etapas a seguir nesse serviço, disse que depois da compaixão e da cólera que não deve ser confundida com o ódio, chega-se a um terceiro momento: descobre-se que nem os governantes, nem os chefes religiosos, nem os intelectuais salvarão os pobres. Estes se salvarão por si mesmos. No entanto, o Pe. Nolan voltava de Roma para a África tendo em suas mãos o diploma de Doutor em Teologia. E dizia: "Eu pensava ter todas as respostas". Logo se deu conta de que ele não salvava os pobres, mas que era Deus que o convertia através deles (5).

Poderíamos explicitar esse aprendizado-evangelizador dos pobres de que fala Pe. Nolan, emprestando a voz ao Menor, e ouvir dessa criança sofrida a voz do próprio Cristo que através dela nos evangeliza. Neste sentido, aproveitamos a reflexão apresentada pela Irmã Ma. do Rosário, salesiana, na 1.^a Assembléia de Religiosos que trabalham com o Menor, realizada em São Paulo em maio de 1985.

"Refiro-me, diz ela, à mais pobre das crianças empobrecidas, a criança de rua, embora tenha muita coi-

sa em comum com a criança do cortiço, da favela, dos internatos, dos lares e creches, etc.

"Vocês têm muito de mim, nos dizia a nós Religiosos, essa criança de rua, só que vocês escolheram viver assim, ao passo que eu vivo por força do destino, "sem opção". No entanto, apesar das semelhanças há circunstâncias de minha vida que são opostas às de vocês. É um paradoxo.

"Vocês pela força do profetismo devem denunciar. Eu sou a denúncia com a minha vida... sou um inconformado: reagi a uma situação familiar falsa, a uma escola inadequada, a uma FEBEM desumana.

"Não sou dos que aceitaram passivamente a situação. Mas não consegui canalizar a minha força de denúncia num gesto construtor. Espero que vocês me ajudem primeiro a me compreender, depois a me orientar e eu gritarei com vocês e por vocês.

"A Missão de vocês é viver e anunciar o Evangelho e, Jesus Cristo disse: "Bem aventurados os pobres, os perseguidos, os injustiçados"! Sou pobre, perseguido, violentamente atacado. Apanhei primeiro de meus pais, também de minha mãe e irmãos. Depois de meus "educadores" e muitas vezes da polícia.

"Vocês fazem voto de castidade, escolhem ser mais livres para servir no amor. Eu morei numa habitação em cujo único e pequeno cômodo dormiam 8 pessoas; onde meus "pais" geraram meus irmãozinhos e onde minha irmã de 17 anos trazia à noite seu companheiro.

“Agora vivo na rua, durmo empilhado com meus colegas de sorte, para me aquecer. Acontecem ali coisas muito estranhas que não sei explicar. Às vezes os homens me convidam embora sendo menino, para passar a noite com eles em seu apartamento. Lá vejo que há uma outra maneira de viver e fico com vontade . . . e aí parto para o assalto o roubo, as drogas. . .

“Vocês escolheram não constituir família para estar mais disponíveis. Eu estou aqui, livre, sabe por quê? Um companheiro da minha mãe não me quis em casa; por isso vim para a rua, há cinco anos (tenho 11 anos). Eu não sei quem foi meu pai, e o pai de meus irmãozinhos não é meu pai.

“Vocês fizeram voto de pobreza. Escolheram não possuir legalmente, mas parece que nada lhes falta. Eu fui despossuído arbitrariamente. Vocês têm cama para dormir, um cobertor e muitas vezes quarto individual. Eu não tenho mais que o meu corpo cheio de doenças, fome, coberto apenas por algumas roupinhas que troco de vez em quando. Não tenho chaves de casa e de armários, nem livros, nem objetos pessoais. Eu me cubro de noite com os jornais que vocês lêem de dia, e onde em geral, falam de mim como problema sem solução.

“Vocês fizeram voto de obediência. Vocês obedecem por opção: Eu obedeco por imposição da maneira como está organizada a sociedade. Não posso fazer isto ou aquilo. Faço o que dá para fazer.

“Se eu quiser ver TV, entro na loja e sento no chão, até que o ge-

rente me mande embora. Outro dia olhei pela janela na sala da Comunidade e vi que vocês passam horas diante da TV a cores, acompanhando com envolvimento, novelas que relatam coisas estranhas que nada têm a ver com os problemas da minha classe social.

“Vocês são encarregados da catequese, mas eu não posso entrar aí de pé no chão; depois nem entenderia falar de Pai e de tantas coisas distantes da minha experiência.

“Onde eu vou é na Febem, serviços públicos, mas nunca encontro vocês lá”.

Realmente, nós Religiosos temos muito a aprender dos Menores, pois “O maior grito de Cristo é o grito de Cristo no Menor”! Por isso deveríamos ser as pessoas mais sensíveis aos gritos dessas crianças, a fim de fazermos, a partir delas e com elas, a experiência de Deus, vivendo com elas a fraternidade, a solidariedade, a partilha, a fome, o abandono, a súplica ao Pai de todos os homens.

Essa experiência é desafiadora, desinstaladora, exigente, mas ao mesmo tempo evangelizadora para nós e construtora de uma Nova Sociedade.

4. A missão evangelizadora do Religioso junto ao menor a partir do ser Religioso

Além do aprendizado da experiência de Deus junto ao Menor, deixando-se evangelizar por ele, é missão do Religioso evangelizar essa criança sofredora, retribuindo-lhe

assim o muito que dela recebeu. Evangelizá-la seria anunciar-lhe a Boa Nova cristã, isto é, de um Novo Reino que plenifica pessoas e estruturas, gerando um homem novo e uma nova sociedade: "Eis que faço novas todas as coisas" (Ap 21,5).

Entretanto, a Missão Evangelizadora do Religioso é específica na Igreja, dada sua missão carismática e profética, e não tanto ministerial. O "Ser Religioso" não entra na estrutura hierárquica da Igreja, mas em sua estrutura sacramental, isto é, de Sinal na e da Igreja. No fazer tanto promocional como educacional e pastoral, qualquer pessoa pode substituir o Religioso, e muitas vezes com mais eficiência. Mas nunca o substituirá no seu ser. É o que afirma João Paulo II: "Mesmo que sejam importantes as obras às quais vos dedicais, entretanto a obra fundamental continua sendo o que vós sois na Igreja" (6).

Em conseqüência, a Missão Evangelizadora própria do Religioso junto ao Menor, será a de viver o profetismo de sua Consagração, anunciando pelo testemunho e pela palavra uma Nova Sociedade, denunciando os anti-valores vigentes, e comprometendo-se com o Menor na construção de uma Nova Sociedade, através de uma ação transformadora nas diversas obras ou mediações a serviço do Menor: Centros Comunitários, educador de rua, trabalho em favelas, cortiços, lares, creches, plantão, adoção, etc., que na prática se resumem em trabalho de Educação e Promoção Humana.

Em todo esse trabalho junto do Menor, a grande preocupação do

Religioso será a de evangelizar sobretudo através do seu SER, constituindo-se num "acontecer-evangelizador-permanente". Sua palavra deverá ser ele mesmo. O Religioso evangeliza não tanto porque faz coisas ou mantém obras junto do Menor, mas porque é, sendo ao mesmo tempo anúncio, denúncia e ação transformadora pelo seu modo de ser e de estar. Ele não é tanto um ser para a Missão, mas um ser-em-missão. O Carisma Congregacional é somente o modo de viver esse profetismo. Por isso não se pode confundir Vida Religiosa com um determinado Carisma Congregacional ou uma determinada obra. A Missão do Religioso é ser "testemunha" e "profeta" da santidade, e não tanto um profissional da Pastoral ou da Educação, sem com isto incidir em dualismos. Sua Missão é a de ser sinal, e seu desafio é o de ser sinal no fazer.

Como traduzir junto ao Menor essa missão sacramental da santidade? Vivendo o PROFETISMO em três dimensões: de Anúncio, de Denúncia e de Ação Transformadora.

4.1. Anúncio Profético: Dimensão Kerigmática e Koinonial. Essa dimensão se traduz pela vivência comunitária de uma Consagração Religiosa como seguimento radical a Jesus Cristo, visualizando uma Comunidade-Testemunho dos valores do Reino: Oração contemplativa e comprometida pela escuta dos clamores do maior grito de Cristo no Menor; Comunidade fraterna que vai além das boas maneiras ou da simples observância, colocando em Cristo o fundamento do pensar, do sentir e do agir comunitários; po-

breza que realmente traduza a atitude filial ao Pai e a vivência de um coração de pobre que se abre aos outros; castidade como capacidade de disponibilidade e resposta às ansias do povo e de entrega à transformação da sociedade e à realização do projeto de fraternidade e filiação de Jesus; obediência como escuta comunitária da realidade, das necessidades e aspirações dos Menores, como resposta ao seu clamor, como voz de Cristo que quer cumprir a vontade do Pai de salvação integral dos homens e de todos os homens.

4.2. Denúncia Profética: Dimensão exorcística. Será vivida como protesto contra uma sociedade anti-evangélica, geradora do Menor e de sua situação de escândalo à luz da Nova Sociedade que Cristo veio construir. Denúncia pela gratuidade e força espiritual da oração e da contemplação, contra uma sociedade comerciante e sem silêncio para ouvir e acolher a Deus; denúncia contra uma sociedade do dinheiro, exploradora e consumista; denúncia contra uma sociedade egoísta, hedonista e erotizada; denúncia contra dominação; denúncia contra uma sociedade sedenta de poder e sociedade violenta e desrespeitadora dos direitos humanos; denúncia contra uma sociedade calada, capciosa em seus negócios, amiga da mentira e da duplicidade.

4.3. Construção Profética: Dimensão utópica e diaconal. Esta meta será alcançada pelo compromisso na construção de uma NOVA SOCIEDADE, criando as melhores condições para que o Menor se torne ator e autor de sua história e da história

de seus irmãos. Esta construção profética através de uma ação transformadora vai exigir dos Religiosos que trabalham com o Menor:

a) Rever com honestidade as obras já existentes, à luz da missão profética e dos postulados de uma autêntica promoção humana e educação libertadora-evangelizadora.

b) Buscar as melhores mediações para atingir o Menor onde está e como está, sobretudo frente ao número crescente de Menores empobrecidos, abandonados e infratores.

c) Lançar-se na política promocional e educacional do Menor, atingindo os organismos públicos de promoção social, de educação, de saúde e de trabalho, lutando pela reformulação das leis existentes e a elaboração e votação de outras em defesa e promoção do Menor.

d) Denunciar os falsos profetas do Menor que o prejudicam com obras e leis paternalistas e/ou assistencialistas. Falsos profetas que o aliciam para que se envolva como intermediário em projetos alienantes ou contra si mesmo.

e) Mostrar pela prática, a ação transformadora e libertadora da religião quando apresentada e vivida de modo integral e não dualista ou alienante.

f) Viver e promover a integração de sua ação na Pastoral de conjunto da Igreja em favor do Menor, sobretudo pela união de forças entre as obras promovidas pelos demais Religiosos e a Pastoral do Menor, seja Arquidiocesana como Diocesana.

5. Alguns princípios e linhas de ação junto ao menor a partir do ser Religioso

Por que abordar em *Convergência* esse tema dos princípios e linhas de ação evangelizadora junto ao Menor, se o Doc. da CF/87 nos fornece uma farta literatura? É justamente esse equívoco que aconteceu e pode ainda ocorrer a nível nacional e regional nos diversos GREs, tanto de Educação, como de Saúde, de Inserção e agora do Menor. Por que a CRB promove Grupos de Reflexão sobre Educação, Saúde e o Menor? Não estaria duplicando esforços, forças e recursos para fins idênticos com a AEC e CNBB?

Tudo nos dá a entender que esse equívoco já foi superado. Haja vista por exemplo a existência, em todas as Regionais da CRB, de Grupos de Reflexão sobre Educação apesar da vitalidade da AEC. O mesmo está acontecendo com os Grupos de Reflexão sobre Saúde e o Menor. Já é uma conquista o discernimento do enfoque desses Grupos com a participação exclusiva de Religiosos. Buscam refletir o Ser Religioso no campo Educacional ou Pastoral. Educação e Pastoral podem ser feitos por qualquer pessoa, até com mais competência e eficiência que um Religioso. Entretanto, é missão do Religioso evangelizar prioritariamente pelo seu Testemunho, sua Presença. Ele se define não tanto pelo "fazer-pastoral" mas sobretudo pelo "ser-pastoral", isto é, deve evangelizar pelo simples fato de estar, de existir: "A Vida Religiosa em seu conjunto constitui a maneira específica de evangelizar, própria do Religioso" (7).

Nesta perspectiva de uma "Evangelização junto do Menor a partir do Ser Religioso", gostaríamos de transcrever aqui alguns Princípios e Linhas de Ação, fruto de vários Seminários e Assembléias realizadas nestes 4 anos de existência do Grupo de Reflexão de Religiosos Pró-Menor. Tais princípios e linhas de ação procuram orientar o projeto de Vida Religiosa junto ao Menor em vista de uma evangelização libertadora.

Princípios

* Ir ao Menor por causa dele, e sobretudo pelo Cristo sofredor que está nele. Educar o Menor EVANGELIZANDO-O, isto é, procurar sempre REVELAR-LHE JESUS CRISTO.

* A CAUSA DO MENOR seja uma das PRIORIDADES das Congregações de acordo com o Carisma. NOSSO SER RELIGIOSO se expressa de maneira privilegiada no serviço com o Menor.

* Acreditar no PROFETISMO DO MENOR... Deixar-se educar por e com ele.

* Analisar e agir nas CAUSAS que geram a situação do Menor. Não perder-se só em imediatismos, nem em ações episódicas.

* Usar com o Menor uma PEDAGOGIA LIBERTADORA para que seja ele mesmo o sujeito de sua própria história.

* Dar ao Menor o DIREITO DE SER MENOR; ouvi-lo, dialogar com ele, sem dele ter medo.

* Trabalhar e caminhar junto do Menor: estar com ele e não tanto trabalhar para ele.

* Não abordar a causa do MENOR ISOLADAMENTE, mas na FAMÍLIA, na COMUNIDADE e na SOCIEDADE.

* JUNTAR AS FORÇAS para uma maior unidade e eficiência, tanto na Ação como na Reflexão.

* Promover um trabalho junto do Menor através de ESTRATÉGIAS que sejam respostas aos subterfúgios (tapeações) do sistema que tenta reproduzir-se.

Linhas comuns de ação:

* Procurar formar grupos de reflexão para aprofundar a pastoral do Menor a partir do Ser Religioso.

* Ajudar o Menor a se construir na família e na sociedade, e criar condições para que elas sejam o espaço do crescimento dele.

* Conscientizar a comunidade sobre a situação do Menor e sobre a convicção de que ela é a principal responsável de sua libertação.

* Promover o Menor através de experiências significativas, reveladoras dos valores humanos e evangélicos.

* Dar prioridade a projetos libertadores que respondam melhor à realidade existente, e envolver o maior número possível de pessoas que tenham claro o objetivo do projeto.

* Elaborar e vivenciar um plano de ação junto do Menor, integrando todas as forças disponíveis da comu-

nidade, buscando ao mesmo tempo a coordenação de todos esses esforços.

* Encaminhar o Menor para uma profissionalização de modo que ele mesmo ganhe seu sustento e se eduque no e através dele.

* Lançar mão de técnicos e pessoal especializado na Psicologia, Pedagogia, Ciências Sociais e outras para dar maior segurança ao trabalho realizado, conciliando amor e técnica, boa vontade e conhecimento (8).

6. Como animar e coordenar numa província a opção pelos menores

Como reflexão final, gostaríamos de apresentar algumas sugestões aos Superiores, tanto Provinciais como Locais, na missão de animar e coordenar, numa Província, a opção pelos pobres e em concreto, pelos pobres mais pobres: os Menores.

Todos sabemos que a renovação é uma Graça de Deus conjugada com a dialética do esforço de cada pessoa e da animação dos Superiores, tanto a nível local como provincial e congregacional. Não basta uma definição pessoal se a Província ou a Congregação ficam indecisas. Neste sentido, achamos oportuno expor algumas sugestões de como optar, animar e coordenar o serviço aos pobres numa Província. Tais sugestões são frutos de Seminários com Religiosos que trabalham com o Menor, e das reflexões do Grupo de Religiosos Pró-Menor.

6.1. Em primeiro lugar é muito importante ver, ouvir, "apalpar",

conhecer por dentro a situação de nosso povo, da maioria do povo, sobretudo no nosso caso, dos Menores empobrecidos. Se a gente não faz esse "Noviciado da imersão", corre-se o risco de repetir os preconceitos que aprendemos em relação aos pobres. É o caso de tanta gente que chama de "vagabundo", "pivete" e outros nomes mais duros a tantas crianças que vêm pedir esmola ou nos vender suas "miudezas".

6.2. Em segundo lugar, é preciso apoiar o "NOVO" que está acontecendo. O Concílio nos disse que "são as sementes do Verbo atuando na história". Muitas vezes esse novo nasce "frágil", sobretudo quando o povo começa dar os primeiros passos com suas próprias pernas. Ele precisa de nossa presença, de nosso estímulo, de nosso compromisso traduzido em gestos concretos. O mesmo se diga das pessoas e comunidades que numa Província se oferecem e se empenham para servir os pobres, vivendo junto deles.

O apoio dos superiores é decisivo para que esse NOVO cresça, se fortaleça e possa tornar-se uma árvore que dê muita vida em favor dos pobres. Neste sentido não basta acolher, estimular e enviar. É preciso acompanhar e sobretudo assumir as conseqüências normais e próprias de tal opção.

6.3. Em terceiro lugar podemos colocar a possibilidade muito simples que temos, de ceder o espaço de nossas casas, para reuniões dos pobres, para o lazer, para encontros de agentes de pastoral. Colocar além disso, a serviço dos pobres, nossa influência para ajudá-los na solução de seus problemas, seja ma-

teriais, como jurídicos, e outros. Nós Religiosos, temos o poder de congregar, unir para a solidariedade. Devemos sentir-nos chamados a colocar a serviço dos pobres nossa credibilidade, nossa capacidade de congregar para o bem e a superação do povo.

6.4. Em quarto lugar, ter a coragem de criar soluções novas. Há exemplos dignos de louvor neste sentido, como por exemplo, formar normalistas para educar crianças pobres, fechar um colégio de classe média alta para abri-lo exclusivamente para a educação de crianças de cortiços, etc.

6.5. Em quinto lugar, é fundamental ter prioridades. As Províncias, as Comunidades deveriam ter prioridades para responder à conjuntura que está aí. Deveriam perguntar-se: Quais são as situações mais dramáticas do povo? Que podemos fazer para solucioná-las? Deveríamos convencer-nos neste sentido, da pedagogia de São Francisco: "No início faça o imprescindível; depois, o possível; e de repente estará fazendo o impossível".

6.6. Em sexto lugar é fundamental que a Província, e cada pessoa, acredite e aposte nos pequenos. A fé nos diz que é assim que Deus age. Queiramos ou não, é a partir dos pobres, dos "menores", que Deus age e constrói o Reino. Portanto, é questão de fé o apostar nos projetos dos pobres. Deus aí está com sua luz e força. "Deus escolheu os pequenos para confundir os fortes" (1 Cor 1,2,6).

6.7. Em sétimo lugar, importa fazer projetos concretos e viáveis com a opção e apoio da maioria dos membros da Comunidade e da Província. É uma questão de vida ou de morte, no sentido profundo da palavra. Vida ou morte da Província, vida ou morte na perspectiva de São Mateus: "Não vos conheço... Nunca vos vi... Retirai-vos" (Mt 25).

Estamos certos que o ano de 1987, ano da Campanha da Fraternidade sobre o MENOR, será para os Religiosos do Brasil um "Ano de Graça", por uma maior reconciliação da Vida Religiosa aconteça em dois aspectos fundamentais:

* na vivência mais profunda do Profetismo da VR, pelo seguimento mais radical a Jesus Cristo junto dos pobres, sobretudo junto do Menor, o mais pobre entre os pobres, o Cristo exigente de nossos dias;

* no reencontro profundo com os Fundadores, revivendo neles a Refundação da Congregação para os dias de hoje.

NOTAS

(1) CF/87 nº 5. (2) CF/87 nº 10. (3) CF/87 nº 150. (4) **Prioridades e Linhas de Ação** — CRB Nacional 1986-

Membros do GRE-PRÓ-MENOR da Regional da CRB/SP

Ir. Affonso Faustino — Orionita

Ir. Antonieta Fittipaldi — Irmãzinha da Im. Conceição

Ir. Araceli Luquesi — Irmãs da Providência

Ir. Auxiliadora de Almeida — Ir. do Div. Salvador

Ir. Hilda Oliveira — Filhas de S. Vicente de Paulo

Ir. Joaquim Panini — Marista

José Antônio Paiolla — Salesiano

Ir. Libiana Helena Dalsenter — Irmãzinhas da Imaculada Conceição

Ir. M.^a do Rosário Cintra Leite — Salesiana

Ir. M.^a Rosilene Parolin — Irmãs do Imac. Coração de Maria

Pe. Roberto Luiz Teixeira — Orionita

Ir. Ruth Ribeiro Cardoso — Salesiana

1989. (5) **O Serviço aos Pobres** — CRB/SP nº 1. 1985, pg. 21. (6) **Redemptionis Donum**, pg. 15. (7) Puebla nº 725. (8) **I Assembléa Regional de Religiosos Pró-Menor**, Campinas, maio de 1986. □

Você precisa saber

Secularismo: concepção autonomista do homem e do mundo, a qual prescindente da dimensão do Mistério. Antes, não faz conta dela. Nega-a simplesmente. Visão de um mundo distanciado de Deus e indiferente a toda realidade que está além da inteligência humana e do conhecimento experimental. Pensar o mundo como se Deus não existisse. Posição de retaguarda, redutora da realidade (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

A IDENTIDADE HISTÓRICA DA IGREJA NO BRASIL NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS

*A Igreja não se limita à realidade sociológica.
A análise da instituição
social não é suficiente. Nela e através
dela deve-se chegar à dimensão
teológica, ou seja, sua relação com Deus em Cristo.*

Pe. Cleto Caliman, SDB

Belo Horizonte, MG

Entre cientistas sociais e políticos é lugar comum afirmar que nos últimos 20 anos a Igreja no Brasil mudou de "lugar social" (1). Com isso quer-se dizer que o contexto dentro do qual a Igreja se situa, de onde ela se compreende a si mesma e a sua missão, e de onde ela é reconhecida na sociedade, mudou visivelmente de 20 anos para cá. Mudou a sua relação com o Estado e com o Sistema Social vigente. Houve, como consequência, mudança na imagem que ela própria faz de si mesma, na sua auto-compreensão.

Para clarear esse fenômeno pretendo neste trabalho indagar: o que mesmo foi que marcou a Igreja no Brasil nestes 20 anos? Em que está situada a novidade desta mudança de "lugar social"? Como será a nova identidade eclesial decorrente desta mudança?

O objetivo desta indagação consiste em tornar explícita aquela identidade que, de um ou de outro modo, já está presente nas práticas eclesiais renovadas depois do Concílio Vaticano II pelo Brasil afora. Trata-se de detectar aqueles traços mais significativos dessa nova época da Igreja.

Tenho que confessar de imediato que tal tarefa não é inocente. Ela visa: 1) reforçar essa identidade emergente contra eventuais ataques externos; 2) evitar o que se poderia chamar de "caos eclesiológico". Observa-se, um pouco por toda parte, que agentes de pastoral se envolvem em práticas pastorais disparatadas, geradoras de uma consciência eclesial fragmentada.

Com estas preocupações iniciais, proponho-me, na I parte, avaliar rapidamente o significado do Con-

cílio Vaticano II para a Igreja no Brasil, suas possíveis leituras e seu impulso. Na II parte faço uma leitura da mudança de lugar social da Igreja em três níveis: histórico, eclesiológico e teológico. Na III parte apresento alguns traços marcantes da nova consciência eclesial (2).

I — SIGNIFICADO DO VATICANO II PARA A IGREJA NO BRASIL

Não é minha intenção entrar aqui no complexo debate em torno da autêntica interpretação do Concílio. Alguns o vêem mais como “limite”, outros como “luz” para avançar. Alguns pretendem estar mais à sua “letra”, enquanto outros buscam mais o seu “espírito”.

No contexto deste trabalho interessa-me tomá-lo, em seu todo, como **símbolo** da passagem de uma a outra época da Igreja. Neste sentido ele expressa uma mudança da figura histórica da Igreja que já estava em curso nos grandes movimentos de renovação que o prepararam. Teve como função eminente orientar esse processo de mudança.

Pode-se afirmar que a marca registrada do Vaticano II consiste numa sadia tensão entre a identidade sacramental da Igreja (a doutrina de *Lumen Gentium*), e sua identidade histórica **dentro do mundo** de hoje (a doutrina da *Gaudium et Spes*). A diuturna vivência dessa tensão desperta a consciência eclesial para sua identidade teológica captada à luz da Palavra de Deus (Const. *Dei Verbum*), celebrada na comunidade para a salvação do mundo (Const.

Sacrosanctum Concilium). A Igreja então se compreende como Igreja em missão, sempre enviada ao mundo (3).

Neste ponto, no entanto, surge uma pergunta intrigante: enviada ao mundo sim. Mas a **qual** mundo? Na hora de discernir a realidade histórica e humana dentro da qual a Igreja se encarna, se insere, percebe-se que essa inserção dentro da realidade marca a leitura e a recepção do próprio Concílio Vaticano II.

1 — **Duas leituras do Vaticano II.** Pode-se ver isso com relativa facilidade comparando a leitura do Concílio a partir do centro do mundo cristão ocidental com a leitura a partir de sua periferia. As Igrejas do **centro** do mundo cristão ocidental, marcado por uma cultura secular, viram no Concílio uma nova chance para o cristianismo. Ele significava uma abertura para o mundo moderno que a Igreja tanto hostilizara no passado e, portanto, um novo diálogo. Não há dúvida que deste ponto de vista o Concílio teve uma interpretação positiva, como “ponto de chegada”, um “porto seguro” para uma reconciliação tantas vezes anunciada e ansiosamente esperada.

As Igrejas da **periferia** deste mundo cristão ocidental, porém, tinham outro ponto de vista. Elas perceberam que essa leitura a partir do centro deixa o terceiro mundo a meio caminho andado. Mais especificamente, a América Latina, ainda marcada pelo “substrato católico” (Doc. de Puebla, 7), revela uma outra realidade. A consciência dos cristãos no continente é continuamente desafiada pelo “mais devas-

tador e humilhante flagelo" da pobreza (Doc. de Puebla, 29). Nesta situação o Concílio abre o caminho para a descoberta da iniquidade do sistema que provoca e produz esse mal devastador. Nesta perspectiva ele vai ser interpretado não simplesmente como ponto de chegada, mas como ponto de partida de uma nova tomada de consciência e de uma nova práxis da Igreja no submundo dos pobres.

2 — A recepção do Vaticano II pela Igreja no Brasil. Não se poderia esperar uma recepção uniforme do Concílio, caso se tome a sério a diversidade de situações históricas e humanas dentro das quais a Igreja se concretiza. Essas situações são mais do que diferentes. São conflitantes.

Deve-se notar, como pressuposto, que o Concílio não encontra no Brasil uma Igreja inerte e parada. O processo de mudança já estava em curso desde a década de 50, e se havia acelerado nos inícios dos anos 60. Nessa época a Igreja redescobre a dimensão social da fé e ensaia uma nova presença na sociedade. Realiza-se uma nova experiência da fé no contexto de um compromisso profano. Esta é a experiência realizada pela Ação Católica e por alguns outros movimentos de Igreja.

Essa nova maneira de relacionar fé e vida já vinha com a marca de uma resposta à "emergência histórica das classes populares". Pode-se afirmar com segurança que o Concílio já encontra uma Igreja em mudança, trabalhando dentro de um Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), com forte sentido de parti-

cipação, planejamento e descentralização do poder. O que de fato o Concílio trouxe, e não é pouco, foi um **novo impulso** em três direções:

a) Na direção de uma nova visão da **realidade** sócio-cultural e da missão da Igreja nas transformações necessárias. O símbolo dessa nova postura eclesial frente à realidade conflitiva é Medellín.

b) Na direção de uma nova compreensão da **missão** da Igreja na sociedade em conflito. O conceito chave que centraliza o trabalho eclesial de Medellín a Puebla, passando pela "Evangelii Nuntiandi", é justamente "evangelização".

c) Na direção de uma nova **estratégia pastoral**. Puebla vem a ser o símbolo da nova experiência eclesial e da articulação dessa nova estratégia pastoral. A partir da visão da realidade, o Documento de Puebla tenta articular a missão evangelizadora da Igreja à luz e a partir da opção preferencial pelos pobres.

O que significa esse processo histórico-eclesial para a imagem da Igreja no Brasil? É o que tento clarear no passo que segue.

II — SIGNIFICADO DA MUDANÇA DE LUGAR SOCIAL

A Igreja é uma realidade complexa. Pode ser interpretada, em vários níveis, por leituras que se complementam. Ao mesmo tempo que dizem respeito à mesma realidade, distinguem-se entre si. Essas leituras nos fazem descobrir nela uma realidade histórica, uma dimensão especificamente eclesial, inconfun-

visível, e um conteúdo que a transcende.

Ao analisá-la, portanto, não se pode permanecer apenas no "fenômeno eclesial" enquanto realidade sociológica. Uma análise da Igreja enquanto instituição social (4) ainda não é suficiente. Nela e através dela deve-se chegar à dimensão teológica, isto é, à sua relação com Deus em Cristo.

O que está em jogo aqui é a razão última que provoca a mudança na Igreja. Por um lado, o que vemos empiricamente é que ela é provocada à mudança pela realidade conflitiva, pelo submundo dos pobres. Por outro lado, o que lemos teologicamente, em última análise, é que o "motor" dessa mudança de lugar social é a exigência de ser fiel à sua missão, o conteúdo que a transcende e nela se expressa. A Igreja muda de dentro para fora, num processo de conversão. Os fenômenos históricos de mudança são apenas a face visível e controlável de um processo mais profundo de conversão da Igreja à sua missão evangélica. Dito isso, passamos às três leituras desse processo de mudança.

1 — Leitura histórica

Trata-se de ler a relação entre processo eclesial e processo histórico, entre história da Igreja e história do mundo. Neste nível a Igreja redefina sua identidade e sua missão no marco de sua inserção na sociedade.

Observando globalmente, a Igreja nas últimas duas décadas se desloca para a sociedade civil, distanciando-

se do Estado (especificamente: do Estado de Segurança Nacional) e do Sistema Social vigente (especificamente: do capitalismo liberal, associado e dependente). Nesse caminho histórico ela assume uma função crítico-profética.

1.1 — A Igreja sai da órbita do poder do Estado para a sociedade civil.

Este é o primeiro êxodo. Deve-se dizer que isso não acontece porque assim a Igreja quer, por sua própria vontade, mas por força da própria natureza secular e autônoma dos Estados modernos. Eles não precisam da legitimação religiosa e da fundamentação "teológica" que, por acaso, a Igreja lhes possa oferecer. Eles produzem sua própria ideologia legitimadora para justificar sua existência e o próprio exercício do poder de Estado. Objetivamente falando, a Igreja está sendo alijada do centro do poder do Estado. Daí a necessidade de buscar um lugar ao sol para garantir um espaço na sociedade.

Menos mal: deslocada do centro do poder, ela encontra um novo lugar na sociedade civil. A Igreja deve então, dentro desse espaço, refazer sua "base social". Para isso tem que repensar como vai se inserir no todo social.

Antes ela se inseria no todo social mediante o poder do Estado. Agora tem que ir à busca de outra mediação para realizar eficazmente tal inserção. Essa nova mediação é a própria realidade social. No trato dessa realidade social o Doc. de Medellín ainda distinguia entre pastoral de

elite e pastoral popular. Já o Doc. de Puebla exige a superação dessa distinção em benefício de uma estratégia pastoral global (cf. 1215).

1.2 — Dentro da sociedade civil a Igreja ensaia um novo caminho do espaço ideológico do Sistema Social vigente para o submundo dos pobres.

É o segundo êxodo. Também esse êxodo não é empreendido pela Igreja por vontade própria. É movida, por um lado, pela emergência das classes populares (na América Latina, na maioria pobres e cristãs); por outro, pela consciência de sua missão evangelizadora.

Na afirmação acima está embutida uma interpretação da "Civilização cristã ocidental", em nome da qual foi perpetrado o golpe de 64 no Brasil. Tal "Civilização cristã ocidental", como Sistema Social dominante, se estrutura do ponto de vista econômico como capitalista; do ponto de vista político como burguês e elitista; do ponto de vista ideológico como liberal. Esta é sua natureza específica. Por isso mesmo, é o responsável pela "brecha crescente entre ricos e pobres" (Doc. de Puebla 28). Produz a pobreza tal como a conhecemos no continente (cf. Doc. de Puebla, 30; 31-39).

Diante da contradição entre esse Sistema e o ser cristão, a Igreja ensaia um novo caminho na direção do povo, agora reconhecido como pobre e oprimido. A nitidez dessa percepção vai orientar também o agir histórico da Igreja, pela formulação de uma estratégia global em

vista da superação dessa contradição (cf. Doc. de Puebla 1257ss), na ótica do pobre, dentro de sua missão específica: evangelização.

1.3 — Conseqüências do duplo êxodo.

Esse duplo êxodo tem suas conseqüências. À medida em que a Igreja aprofunda sua opção pelos pobres perde também imunidades e segurança, privilégios e benesses que gozava antes. Conseqüentemente, vai sofrer retaliação. Já pertencem à história recente da Igreja do Brasil (e da América Latina) conflitos, suspeitas, perseguição e morte. Os mártires são as testemunhas desse caminho novo.

Frente à sua missão evangélica isso não constitui de forma alguma perda. Ao contrário, é lucro. Ela recupera a liberdade evangélica e a dimensão profética. Assume uma "função tribunícia" como voz dos sem voz, de modo especial nos tempos mais duros da repressão do regime de 64.

Tudo isso leva a Igreja a redefinir sua identidade e missão dentro do conflito ideológico da sociedade de classes. Este percurso, no entanto, não está isento de riscos. Anoto especialmente dois. O primeiro seria o de retornar ao leito antigo, à aliança com o Estado, agora repintado como "Nova República". O segundo, mais difícil talvez de perceber dentro do quadro do conflito ideológico, seria o de retornar a uma identificação com um Sistema Social, com um "processo civilizatório", refazendo a cristandade. O próprio Documento de Puebla sente

dificuldades neste ponto. Por um lado, toma distância dos regimes de "Segurança Nacional" (547s), do "Liberalismo capitalista" (542) e do "Coletivismo Marxista" (543s). Por outro, não tem condições de indicar o caminho a seguir concretamente (5).

A leitura histórica acima certamente nos ajuda a compreender um nível da identidade da Igreja. Mas não é suficiente ainda para explicar o seu mistério. Agora é preciso ver como esse processo de mudança na Igreja repercute no nível eclesiológico.

2 — Leitura eclesiológica

O pressuposto é que as mudanças na Igreja não são apenas fatos históricos. São também fatos eclesiais. Isto é: expressam um modo de inserção da Igreja no mundo e sua autocompreensão. O que significa então, para a compreensão da Igreja e de sua missão, essa mudança de lugar social? Qual é o significado eclesial dessa mudança de lugar social?

2.1 — A superação das cristandades.

Esse deslocamento da Igreja dentro da sociedade significa, antes de mais nada, a superação das cristandades: quer aquela de regime sacral, como era o caso da Idade Média, quer a de regime secular, como a que se convencionou chamar de "neocristandade".

Para melhor situar essa questão é importante definir mais de perto a natureza da cristandade. Em primeiro lugar, ela se caracteriza por ver o

cristianismo como ponto de referência de identificação social. Em segundo lugar, ela utiliza a instituição eclesial como instrumento de tutela e influência sobre a sociedade e a própria vida pública. A Igreja se torna, deste modo, um fator de ordem social e moral.

Outro dado que pode ajudar a compreensão dessa mudança eclesial refere-se ao modo como essa passagem se dá no Brasil. Não está se dando pela via moderna da secularização, como no caso dos países centrais do mundo cristão ocidental, mas pela via do despertar de um novo "sujeito eclesial" da fé: a maioria pobre e oprimida, nas bases.

Isso explica como, no Brasil, o distanciamento da Igreja do poder do Estado, e a conseqüente erosão de seu poder político, não significou imediatamente, nestes últimos tempos, uma perda de influência na sociedade. Isso se deve, segundo os analistas, à própria formação histórica do Brasil e à tradicional identificação do povo com a Igreja.

A persistência do "substrato católico" aliado à emergência de um novo "sujeito eclesial" produz, por um lado, o esgotamento de formas tradicionais de apostolado, de encarnação da fé no mundo, de presença na política, nos sindicatos, na educação, na saúde; por outro, a ampliação da base social da Igreja gera novas formas de presença, um novo modo de fazer pastoral, livre de alianças com o poder. Em suma, partindo do dinamismo específico da fé, vivida no contexto da realidade conflitiva, a nova base social emergente da Igreja institucional gera um

fato eclesial novo: um novo modo de ser Igreja.

2.2 — Um novo modelo de Igreja.

A mudança de lugar social como inserção da Igreja na sociedade a partir do pobre gera, pois, um novo modo de ser Igreja, cuja expressão mais viva e visível são as Comunidades Eclesiais de Base. Este é um modelo emergente que expressa uma tendência.

Um novo modelo de Igreja não se define apenas como mudança social. Para expressar cristãmente esse processo não basta constatar a desagregação das cristandades. É necessário ainda interpretar tal fato como **experiência espiritual** de conversão. Nesse nível é que se capta a dimensão religiosa da mudança de lugar social.

É nisso que a mudança se revela como uma dimensão evangélica e uma exigência fundamental da fé cristã. A opção preferencial pelos pobres, nesse nível, não pode ser interpretada apenas como um compromisso de alguns cristãos ou grupos de cristãos mais ousados. Como experiência de conversão, expressão essencial da fé, ela é uma exigência para **toda** a Igreja, como bem afirmaram os Bispos em Puebla: "Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação" (1134).

Em termos de Igreja no Brasil, isso significa que o reconhecimento e a acolhida do **pobre como sujeito eclesial** da fé entra para dentro da consciência eclesial e redefine sua

imagem e o modo como desempenha historicamente sua missão no mundo.

E aqui dá-se o terceiro passo de nossa leitura do fato eclesial. A Igreja não expressa sua identidade só frente ao mundo e a si mesma. Sua consciência não se esgota em suas realizações histórico-eclesiais. Exige-se uma referência fundamental a Deus e a seu Reino revelado em Jesus Cristo pelo poder do Espírito. É o que nos mostra uma leitura teológica.

3 — Leitura teológica

A identidade histórica da Igreja se alimenta da fidelidade ao Espírito que fala pelos "sinais dos tempos". O que significam a mudança de lugar social e a gestação de um novo modo de ser Igreja para sua auto-compreensão diante de Deus?

De início, sente-se a necessidade de dizer com clareza que para a definição da identidade histórica da Igreja não é suficiente constatar o deslocamento social. Outros grupos sociais também fazem isso. Não é só a Igreja que abre os olhos para a margem, a periferia, para os pobres. Nem mesmo é suficiente constatar o compromisso com as classes populares, por mais fundamental que isso seja. Pois também outros fazem isso, talvez até com maior radicalidade e nitidez. Não é privilégio de pessoas de Igreja.

Mas o caso da Igreja é diferente. Ela mesma deve mostrar a si mesma e à sociedade que faz isso não simplesmente pelas razões acima, mas sobretudo por razões teológicas que lhe impõem critérios insuperáveis.

Ela não se desloca dentro da sociedade por simples interesse institucional, pelo instinto de sobrevivência e conservação. Ela faz isso para ser mais fiel à sua missão evangélica, dentro de um processo de inserção, de encarnação, que lhe exige uma constante conversão aos destinatários preferidos do Reino (6).

Ressalto, a seguir, alguns aspectos do que significa essa mudança.

3.1 — Um novo “lugar da identidade.”

Nesse processo de mudança a Igreja descobre um novo “lugar da identidade”, isto é, um lugar donde ela se compreende como Igreja, e é assim compreendida. E esse lugar é o submundo dos pobres. A partir do submundo dos pobres ela lê e interpreta sua fidelidade a Deus na sua inserção na sociedade e em sua própria configuração histórica.

3.2 — O afastamento do poder como processo de conversão.

Esse afastamento do poder só é cristão quando marcado profundamente pela conversão e suas exigências de renúncia, despojamento e compromisso. Exige pois, da Igreja, uma tríplice **renúncia**: primeiro, a definir-se a partir do poder; segundo, a compreender-se a partir da classe dominante; terceiro, a identificar-se com um cristianismo meramente sociológico.

Superficialmente falando, esse processo de despojamento em obediência ao Espírito parece alienar a Igreja da história. Mas o resultado

é diferente. O que realmente acontece é que esse itinerário de inserção da Igreja na realidade conflitiva devolve a Igreja ao centro da realidade, onde se manifesta com maior nitidez a iniquidade “deste mundo”. Devolve-a, pois, aos “condenados da terra”, agora sem a mediação dos interesses do poder ou da classe dominante.

3.3 — Recuperação da dimensão profética.

A Igreja recupera, desta forma, a profecia para dentro da instituição. Torna-se uma “instituição profética”. Esse parece ser um dos traços mais marcantes da Igreja no Brasil dos últimos 20 anos. A nova maneira de ser Igreja a partir “das bases” não se articula fora e à margem, mas dentro mesmo da instituição. Renova-a porque a confronta com a missão.

Neste ponto chamo a atenção para um equívoco na interpretação do fenômeno eclesial que, em certos meios, se tornou lugar comum. Diz-se que a profecia traz a divisão e a ruptura para dentro da Igreja. Faz-se confusão entre o fenômeno que tem uma “superfície” histórica visível e o seu conteúdo transcendente não imediatamente controlável pela observação empírica. Se, em dado nível, a profecia revela o conflito histórico, em nível mais profundo provoca um efeito mais duradouro e vitalizador. Ela produz um aprofundamento da unidade da Igreja em torno de sua missão no mundo.

3.4 — No seguimento histórico de Jesus Cristo.

Em última análise, a Igreja só se realiza como tal diante de Deus, enquanto segue a Cristo. Portanto, nesse percurso histórico que estamos descrevendo, ela reencontra sua identidade teológica não enquanto função de um poder histórico (do Estado) ou de uma ideologia de uma classe social ou de um grupo que busca o poder, mas enquanto, na mediação do pobre, reencontra-se a si mesma como seguidora de Jesus Cristo em sua própria práxis no mundo, e em sua consciência histórica.

Esse itinerário nos conduz à III parte: qual é a identidade histórica da Igreja no Brasil, depois do Vaticano II?

III — UMA NOVA CONSCIÊNCIA ECLESIAL

O deslocamento para um novo lugar social e a opção preferencial pelos pobres fez com que a Igreja descobrisse o pobre como sujeito da fé. O que significa isso para a consciência eclesial?

1 — Uma nova mediação histórica da identidade eclesial

Uma observação prévia: para melhor compreender o que é essa identidade eclesial vale dizer que não se trata de uma identidade estática, parada, fixada uma vez por todas "a priori". A identidade social de uma instituição é sempre dinâmica e aberta. Na Igreja ela se alimenta pela constante fidelidade ao Espírito no

seguimento de Jesus Cristo no contexto da realidade. Por isso mesmo a nova práxis eclesial nos revela uma nova interpretação dessa identidade como alternativa a um modo tradicional de ser Igreja. Sobre o significado do novo lugar social para a consciência eclesial e sua identidade, gostaria de dizer três coisas:

a) O lugar social torna-se como que a porta de entrada da Igreja para o todo social. Desta porta de entrada é que ela define sua própria consciência histórica.

b) Por isso mesmo, o lugar social é também a mediação de sua auto-compreensão como Igreja. Ali ela se reconhece com maior clareza como Igreja. "O lugar social se torna o lugar hermenêutico da identidade eclesial" (7).

c) Para finalizar, tem-se que afirmar que tal consciência só tem uma significação teológica quando se estrutura como experiência cristológica. Isso quer dizer que a Igreja deve seguir a Cristo no seu caminho de despojamento de si, na sua decisão de participar da história humana, de seu sofrimento, até a morte. Uma Igreja de "comunhão e participação" não pode ser apenas resultado de decisões políticas, de planejamento. Deve brotar de dentro, como expressão da gratuidade de Deus e da fé operante.

2 — Uma nova reapropriação da tradição

Uma nova práxis, como experiência forte e convincente, é sempre um novo ponto de partida para reler a tradição e assumi-la de forma atual e significativa. Esse é, com toda cer-

teza, um dos traços mais marcantes do caminho eclesial desses anos pós-conciliares. A experiência que simboliza melhor esse traço é a das CEBs, junto com os muitos movimentos eclesiais nascidos sob a inspiração do Vaticano II e do próprio percurso da Igreja no Brasil.

A característica fundamental dessa nova práxis e de sua consciência é a relação existencial e historicamente vivida entre fé e vida. Essa relação se reflete na liturgia, na aproximação à Palavra de Deus, na própria visão da realidade, e na articulação da ação da Igreja no mundo.

.1 — A liturgia, nos seus mais variados matizes e tons, torna-se realmente o lugar da explicitação eclesial da fé. Nela a comunidade se compreende de modo novo como comunidade eclesial. Cada membro renova sua relação de pertença e sua consciência eclesial de forma ativa. Isso graças à dinâmica própria dessas comunidades e dos grupos que expressam a nova práxis.

2.2 — Pela reapropriação da Palavra de Deus, lida na Escritura Sagrada, desperta-se a consciência de ser "povo de Deus". Essa consciência de ser "povo de Deus" é um novo traço da identidade eclesial que não passa imediatamente pela mediação da hierarquia, mas pela aproximação à Palavra de Deus nas CEBs, nos grupos de reflexão, nos Círculos Bíblicos, etc. Desta forma, a comunidade redescobre a igualdade radical de todos os cristãos e refaz sua ligação com o ministério pastoral. A aproximação à Palavra de Deus torna-se então, lugar de explicitação

teológica da nova identidade eclesial.

2.3 — Outro aspecto fundamental desse processo é a releitura da vida não mais no registro "individual" ou mesmo "personalista", mas no registro social e político. A vida passa a ser um lugar de explicitação social da identidade eclesial em gestação. Nasce então um testemunho novo que vai até o martírio pela causa de Cristo. Noutras termos: a fé readquire expressão pública na sociedade conflitiva. O povo das CEBs revela muito bem esse traço da identidade "social" da comunidade.

2.4 — Finalmente, pode-se dizer que essa apropriação da Palavra de Deus, da liturgia e da vida em sua relação com a sociedade, no contexto da missão, revela a força criativa do Espírito que se manifestou no Vaticano II. Esse Concílio consolidou a consciência eclesial ao redor desses elementos na sua referência ao mundo, tendo como chave a missão. Por este motivo pode-se dizer que a nova práxis eclesial, e sua consciência, é uma recepção criativa do Vaticano II, em fidelidade ao Espírito que faz novas todas as coisas. A referência à missão no mundo qualifica o novo modo de ser Igreja e define um dos traços fundamentais da nova consciência eclesial. A referência à sociedade (mundo) faz parte da nova maneira de ser Igreja.

3 — Traços da nova imagem da Igreja

A modo de síntese vão alguns elementos que ressaltaram no conjunto dessa análise que vimos fazendo. A nova práxis da Igreja e a consciên-

cia eclesial decorrente não sendo progressivamente reconhecidas e recebidas dentro da "instituição eclesial". Basta lembrar alguns documentos para certificar-se disso. Entre os mais expressivos encontram-se o doc. de Medellín, *Evangelii Nuntiandi* (n.º 58 especialmente), Puebla, a Mensagem às CEBs de João Paulo II (Manaus, 1980) e a última instrução sobre "Liberdade Cristã e Libertação", sem contar os inúmeros documentos da Igreja no Brasil.

3.1 — É uma Igreja que decididamente quer-se compreender e se compreende a partir da missão no mundo, interpretado como realidade conflitiva (cf. Doc. de Puebla, 1303, 624, 145, 147). A consciência da missão faz descobrir novas mediações para uma evangelização eficaz.

3.2 — Não é uma Igreja voltada sobre si mesma. Ela é peregrina dentro do mundo. Por isso renuncia aos privilégios e à segurança de que gozava (cf. Doc. de Puebla, 266, 1302, 624, 272s, 1305, 971-976).

3.3 — Isso vai significar a renúncia a um projeto de poder (cf. Doc. de Puebla, 623s, 144). O que não significa renunciar a uma "política" cristã para a sociedade de classes. A Igreja no Brasil, colocando em discussão grandes temas e problemas nacionais como reforma agrária, ordem política, ordem constitucional, direitos humanos entre outros, revela uma visão política decorrente de sua inserção na sociedade civil.

3.4 — A renúncia a um projeto de poder reflete-se na compreensão de uma Igreja toda ministerial. É que a renúncia a um projeto de po-

der em relação à sociedade tem uma correlação necessária dentro da comunidade eclesial. A nova práxis eclesial exige a renovação das relações de poder na Igreja para abrir caminho ao nascimento de novas formas de participação que tem como base o serviço, a diaconia, conforme o Evangelho (cf. Mt 20, 24-28; Doc. de Puebla, 144, 666, 113, 249, 647, 703).

3.5 — Sem dúvida, é uma Igreja que caminha mais livre para uma identificação com o pobre e oprimido. Tal identificação quanto mais profunda tanto mais manifesta a face de uma Igreja servidora (cf. Doc. de Puebla, 1303, 624, 145, 147).

3.6 — Por fim, trata-se de uma Igreja que decide conviver com o conflito. Por um lado, a opção pelos pobres a leva ao centro do conflito, inerente à sociedade de classes. É uma Igreja que suporta a perseguição e a morte por causa do Evangelho (cf. Doc. de Puebla, 90, 102, 79, 83, 668, 1138). Por outro lado logo descobre que o conflito da sociedade também se reproduz dentro da Igreja. Os homens de Igreja não são seres angélicos. Eles têm uma inserção na sociedade como cidadãos. A visão do mundo, decorrente dessa inserção, tende a se reproduzir dentro da Igreja e se expressar em sua própria práxis e linguagem. Além desse tipo de conflito, encontramos também aquele decorrente da coexistência de distintos modelos de Igreja com suas práticas divergentes. Isso vai exigir maior disponibilidade ao diálogo, e profunda abertura e docilidade ao Espírito.

Concluindo: Não é supérfluo lembrar que a Igreja, para ser fiel à missão recebida de Cristo, está continuamente solicitada a responder de uma forma evangelicamente eficaz à mudança da sociedade. Não poderá, pois, dormir em cima dos louros conquistados. A história continua a lhe propor **desafios** como, para citar alguns como exemplo, o hermético mundo tecnológico, o mundo da informática e o complexo mundo das comunicações sociais. Nada melhor

para finalizar do que lembrar nesse ponto o Doc. de Puebla:

“A Igreja tem conquistado paulatinamente a consciência cada vez mais clara e profunda de que a evangelização é sua missão fundamental e de que não é possível o seu cumprimento sem que se faça o esforço permanente para reconhecer a realidade e adaptar a mensagem cristã ao homem de hoje dinâmica, atraente e convincentemente” (85).

NOTAS

(1) Os estudos e pesquisas sob esse ponto de vista têm-se multiplicado nos últimos anos. Cito entre outros BRUNEAU Th. **Catolicismo brasileiro em época de transição**, Loyola, 1974; KRISCHKE P.J. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**, Vozes, 1979; ROMANO R. **Brasil: Igreja contra Estado**, Kairós, São Paulo, 1979; SOUZA LIMA L. G. de, **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**, Vozes, 1979; CASTRO M. de, **64: Conflito Igreja X Estado**, Vozes, 1984; FOLLMANN J. I. **Igreja, ideologia e classes sociais**, Vozes, 1985. Cf. MAINWARING S. **Igreja e política: anotações teóricas**. Síntese 27 (1983) 35-56. (2) Na II e III partes

estou seguindo substancialmente o excelente trabalho de PALÁCIO C. **A Igreja na Sociedade**. Em: **Cristianismo e História**, Loyola, 1982, 307-350. Também dele: **Uma consciência histórica irreversível**. Síntese 17, (1979) 19-40. (3) Cf. Sínodo Extraordinário, 1985, Relatio Finalis: A Igreja, na Palavra de Deus, celebra os mistérios de Cristo para a salvação do mundo. (4) Cf. MAINWARING S. art. cit. 36-42. (5) Cf. MUÑOZ R. **Evangelho e libertação na América Latina**. A teologia pastoral de Puebla, Paulinas, 1981, 89-107. 105. (6) Cf. MAINWARING S. art. cit. 48-51. (7) PALÁCIO C. **A Igreja na Sociedade**, em **Cristianismo e História**, Loyola, 1982, 341. □

Duas citações e um comentário

Citações — “O seguimento de Cristo, proposto no Evangelho, norma última da Vida Religiosa, seja para todos os Institutos a regra suprema”, *Perfectae Caritatis*, 2. Jesus consumou “a obra da redenção na pobreza e na perseguição”, *Lumen Gentium*, 8.

Comentário — Correndo o risco do martírio, comprometendo-se com a justiça e o direito dos pobres, de cujo lado Deus está, o(a) Religioso(a) lança as sementes que germinarão as primícias de um novo céu e de uma nova terra.

COMUNIDADE RELIGIOSA E RE-INSERÇÃO NO MUNDO DOS POBRES

A Vida Religiosa é sinal. Sinal de salvação, sinal do amor e da proximidade de Deus com os homens. Para ser sinal, será preciso, então, que os homens saibam ler, possam decifrar este sinal.

Pe. Marcelo de Barros Souza, OSB
Goiás, GO

1. Um fato recente

Era um almoço de festa num acampamento de lavradores sem terra. O INCRA tinha descoberto, em documentos antigos, o direito dos posseiros à área de terra reivindicada. Estavam contentes. Além disso, estavam com eles os oito irmãos de uma comunidade religiosa que tinham vindo passar um dia de convivência com eles. Era bonito ver como juntos, religiosos e lavradores, pareciam naquele almoço, uma só família.

Após a refeição estava marcada uma reunião. Os lavradores pediram aquele momento de reflexão e se comprometeram a escolher o assunto para ser tratado juntos. Poderia ser uma introdução à realidade brasileira, ou uma informação maior sobre o problema da terra, ou ainda alguma questão teológica. Quando a reunião começou, o coordenador dos acampados se expressou assim: "Vo-

cês são de uma comunidade que há anos vive em comum. Nós, lavradores, estamos nos preparando para ocupar a nossa terra. Interessamos ver e ouvir a experiência de vocês para aprendermos a formar uma comunidade como a de vocês". Foi este o assunto daquele encontro.

2. E daí?

Nestes últimos anos na América Latina, os religiosos têm-se preocupado muito com sua inserção no mundo dos pobres. Provavelmente este foi o assunto mais decisivo na renovação da vida religiosa em nosso continente.

Em 1976 uma equipe de teólogos da CLAR refletindo sobre a assembléia dos bispos em Medellín e suas conseqüências na vida religiosa oito anos depois, concluía que "os religiosos tomaram consciência de que o Evangelho só se torna Boa

Nova, quando penetra de fato, na realidade existencial dos homens e das estruturas sociais que os envolvem... Sua missão (dos religiosos) é ajudar a criar na Igreja a fraternidade que o Cristo pediu ao Pai em sua última Ceia (cf. João 17) e, ao mesmo tempo, exercer um serviço profético que se constitui em diáconia crítica, fruto da Koinomia fraterna que tem raízes e motivação na Koinomia divina". (cf. Grande Sinal, abril 1976 p. 179 ss).

Desde então, muito se tem escrito e refletido sobre a inserção dos religiosos no mundo e especificamente no mundo dos pobres. Seria difícil citar os livros e artigos que nos últimos anos se publicaram sobre este tema. A própria "**Convergência**" publicou numerosos e excelentes estudos. Como um teste, bastaria tomar um ano como 1984 e verificaríamos que quase cada mês havia um artigo sobre esta questão (exemplos: "Vida religiosa e preferência pelos pobres", Marcelo Azevedo, março, pág. 104; "Vida religiosa e vida do povo", Bernardino Leers, abril p. 166; "A missão profética dos religiosos na Igreja hoje", D. Patrício Hanrahan, maio p. 225; "Solidariedade Consagrada: profecia latino-americana", Rogério Almeida Cunha, p. 166).

Diante disso, confesso que me vejo numa situação difícil. Foi-me proposto escrever algumas páginas sobre "a Reinserção da vida religiosa no mundo dos pobres", mas sinto que qualquer reflexão e análise teológica ou bíblica que eu fizer sobre isto, poderá ser para vocês, leitores, repetitiva e redundante. Peço, então licença para tomar outro caminho. Pro-

ponho-me a compatilhar com vocês, como numa boa conversa fraterna, o que tenho visto e ouvido. Partirei de minha experiência de monge beneditino em Olinda, em Curitiba e atualmente em Goiás. Vão me servir também os nove anos de trabalho como assessor de teologia no secretariado nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra), e os inúmeros encontros e cursos de Bíblia por todas as regiões do Brasil e por outros países latino-americanos.

No lugar de uma reflexão sobre os valores ou elementos da inserção dos religiosos no meio do povo, vou destacar como a inserção tem acontecido, quais os modos concretos e seus elementos próprios. Analisarei, então, alguns aspectos desta situação e finalmente proporei alguns questionamentos e pistas para o futuro.

3. Retomando a questão

O próprio título que me foi proposto: "Re-inserção da vida religiosa no mundo dos pobres" e a insistência com a qual este assunto é retomado em nossos meios parecem nos indicar três pontos:

1.º) — Parte-se do princípio evidente de que a vida religiosa não está naturalmente inserida no mundo dos pobres.

2.º) Falando de "Re-inserção" se supõe que já houve uma inserção, depois ocorreu um afastamento e agora se busca uma nova integração, uma re-inserção. Certamente uma memória correta das origens da vida religiosa e ainda do carisma inicial das principais ordens e congregações confirma esta intuição. Trata-se mesmo de uma Re-inserção.

3.º) Se se reflete e se discute tanto sobre esta Reinserção é porque não é um assunto tranqüilo, nem evidente. Precisa de uma permanente revisão e até de uma contínua atualização já que a realidade vai mudando, e inserir-se nela exige elementos novos.

É importante ainda observar que a maioria dos religiosos brasileiros vindos da parcela maior do nosso povo, evidentemente nasceu e cresceu num meio social pobre e às vezes até paupérrimo. Para estes, toda esta exigência e missão têm um peso próprio, é bem mais difícil e supõe, mais ainda do que em outros, uma conversão radical ao Evangelho e uma certa maturidade humana. Em quantas comunidades e congregações, os formadores observam que freqüentemente os jovens mais exigentes no que diz respeito às condições materiais e mais apegados a uma boa comida, a uma casa confortável, ou a uma roupa melhor, são justamente os que vieram de famílias mais pobres!

Para eles Re-inserção no mundo dos pobres é voltar à classe social na qual nasceram e cresceram e da qual saíram para ser religiosos.

Lembro agora este problema para afirmar que não creio que ninguém possa forçar ninguém a viver seriamente a inserção. É preciso saber conduzir este problema com religiosos vindos do meio mais pobre, diferentemente de quem opta por viver com os pobres sem nunca ter sofrido concretamente as carências e a desumanidade da pobreza não escolhida.

4. Formas diferentes de viver a inserção

A realidade do povo é diversificada. Uma é a situação do campo e outra a da cidade. Há diversidades entre a periferia e o centro, entre uma região e outra, entre diversas categorias de trabalhadores, etc. Quando falamos de inserção, se trata de se inserir não na generalidade de um povo, e sim de tal meio e lugar social. Por isso as formas de inserção são variadas e até bem diferentes entre si. Vou tentar resumilas em dois tipos mais comuns:

Na cidadezinha de Francisco Santos, diocese de Picos (PI), uma pequena comunidade de irmãs, já há 7 ou 8 anos, mora durante uma parte do ano numa casinha da rua. Como estas irmãs participam em tudo da vida do povo, nas épocas de lavoura vão com as famílias para a serra plantar feijão. Durante o tempo necessário dormem num barracão no meio da serra. Ganham muito pouco, sofrem com a seca e vivem o isolamento do sertanejo. Juntas trabalham, mantêm a oração comum e a expectativa do Reino de Deus. Participam das atividades e reuniões da Diocese e da Pastoral da Terra. É uma vida muito dura e exigente, mas no convívio com o povo, elas redescobrem uma alegria que as fortalece e sustenta para cumprir a missão que Deus lhes dá.

O que caracteriza esta forma de inserção é a preocupação de não apenas trabalhar com os pobres e sim de viver com eles. Para as comunidades que vivem isto, o fundamental é a presença fraterna. O ideal é a semelhança. O que este tipo de co-

comunidade visa é a identificação em tudo o que é possível com o povo, seu trabalho e sua forma de viver. Para isso um elemento importante é a experiência concreta da pobreza. Supõe uma casa pequena em bairro de periferia ou numa favela, ou no campo. Os religiosos trabalham como lavradores, ou como operários, ou biscateiros. Têm com os vizinhos uma relação de igualdade e apoio mútuo.

Algumas destas pequenas comunidades religiosas guardam ainda alguns elementos tradicionais do grupo, como o hábito da congregação, uma organização ainda hierárquica entre os membros da casa, etc. Outros grupos não conservam quase nada das estruturas antigas. Situam-se como um grupo familiar de vizinhos e assim atuam no bairro.

Muitas congregações e comunidades têm vivido isto nos últimos anos. Entretanto foram os Irmãozinhos e Irmãzinhas de Jesus que mais contribuíram para esta vocação conforme o espírito do irmão Carlos de Foucauld com a Espiritualidade de Nazaré.

Outra forma de inserção popular dos religiosos se desenvolveu nos últimos anos na América Latina. Neste continente a Igreja tem procurando viver esta encarnação no meio do povo descobrindo e salientando a dimensão **militante**, ou lutadora que o engajamento deve ter. Se em outras épocas históricas sempre houve religiosos que caracterizaram sua vida pelo engajamento militante, nos últimos anos este tipo de inserção tornou-se comunitário e é visto não como algo especial ou singular e sim

como um modo normal e permanente de viver a vocação religiosa.

Estes religiosos têm aprofundado mais no Evangelho o fato de que no trabalho pelo Reino de Deus não basta a boa intenção. Um religioso que dissesse: "O mundo vive de tal modo, mas nós aqui em casa vivemos de outro", estaria dando um testemunho mas não basta. "Não basta ao cristão fugir do mal. É preciso combatê-lo" (D. Bonhoeffer).

Por isso, estas equipes entendem sua missão como sendo de transformar o mundo e liberar os oprimidos.

Neste sentido, o mais importante passa a ser a missão. O trabalho junto ao povo deve comandar e condicionar toda a vida e a estrutura da comunidade: o tempo, a formação, os afazeres e a própria espiritualidade. Sublinha-se que a própria concepção de vida religiosa só tem sentido enquanto consagração ao povo e à sua luta.

Por todo o Brasil há grupos e comunidades religiosas vivendo esta forma de inserção na Pastoral da Terra, no CIMI (Conselho Indigenista), na Pastoral Operária e muitas vezes, simplesmente na pastoral local, no apoio à uma comunidade de base. O que haveria de específico nestas comunidades e equipes que estão em tantos lugares como Manaus (AM), Belém (PA), Glória de Dourados (MS), Goiás (GO) ou Rio Grande do Sul?

Talvez não se possa dizer que esteja havendo alguma distinção clara entre o trabalho destes religiosos e religiosas e o trabalho dos agentes leigos. As linhas da Pastoral da Ter-

ra, ou do CIMI, ou de algum movimento missionário maior são as mesmas. Eles mergulham no trabalho e vivem a vida religiosa mais "para fora". Não se preocupam tanto de se situar como religiosos, e sim de servir à causa e de ver a caminhada ser aprofundada.

O primeiro grupo do qual falei, talvez fizesse questão da casa pequena, ou do não possuir carro, ou de estar presente no bairro e não viajar. Os irmãos que estão engajados neste 2.º grupo não se detêm em problemas deste tipo. A pergunta que eles fazem é: "Será útil à causa a casa maior, ou menor; ter carro, ou não ter; viajar ou não?" E organizam sua vida em função deste critério.

Entram de tal modo nas grandes e graves preocupações da vida do povo, que seus encontros, reuniões e até quando fazem orações domésticas, o assunto central ou até mesmo único, é a opressão e a luta de libertação. Às vezes pode ocorrer que religiosos destes grupos vão a encontros, capítulos, ou assembleia de suas Congregações e se sintam deslocados. Sofrem e não conseguem se situar. Para eles, assuntos e problemas intrínsecos à vida religiosa passam a não ter mais sentido diante de situações tão terríveis e bem mais concretas e urgentes do povo; tragédias de reflexão entre irmãos ou irmãs não-inseridos no meio do povo podem até parecer narcisismo religioso, contemplação do próprio umbigo, ou até infidelidade ao projeto de Deus que ouve o clamor do povo e pede dos seus consagrados a mesma sensibilidade.

Citei este problema aqui porque me parece sério já que pode, às vezes, até provocar rupturas e afastamentos. Conheço casos nos quais, provavelmente por falta de diálogo e por radicalização, de lado a lado, pessoas totalmente dedicadas ficaram isoladas e sem se sentir mais de tal ou tal congregação que não as apóia, visita, ou reconhece como realizando uma missão em nome do conjunto da província, ou da comunidade.

Creio que vale a pena ainda, antes de destacar alguns elementos de análise, fazer algumas observações complementares:

1.º) Os dois modelos que descrevi aqui não devem ser compreendidos como excludentes ou contrários. Eles se interpenetram e às vezes se confundem. Fiz esta distinção apenas para fins de análise e para provocar um aprofundamento de alguns elementos. Seria preferível pensar que não são dois tipos de inserção, mas um só. Entretanto nesta única inserção alguns tomam como valor predominante um aspecto, enquanto outros salientam mais outro elemento da mesma vocação comum.

2.º) Houve e há ainda algumas experiências de comunidades intercongregacionais. Mesmo se estas são, por vários motivos, temporárias e limitadas, chamam a atenção para outra verdade: a união e apoio mútuo entre as pequenas comunidades que, por exemplo, na Paraíba, têm até sua organização e coordenação própria, reconhecida dentro da Diocese. Creio que mesmo fora deste caso, há uma profunda ligação entre os religiosos que vivem a mesma

missão. As particularidades de cada Instituto tendem a se integrar num novo conjunto, numa nova comunidade religiosa mais ampla e homogênea. Principalmente quando falta o apoio das ordens e congregações originais, eles se sentem como que numa nova congregação religiosa embora não queiram mais frisar estes aspectos estruturais e sim a comunhão de vida e a missão.

5. Contribuições e características próprias

Uma primeira grande contribuição da inserção dos religiosos no mundo dos pobres é que eles, ou elas manifestam a Igreja, revelam a Igreja exatamente na caminhada do povo pela terra, pela liberdade sindical, pelo solo urbano, ou pela Constituinte popular. Já houve quem escrevesse que as CEBs são como que uma nova forma de vida religiosa. Clodovis Boff refletiu sobre a relação entre a Vida Religiosa e CEBs. Neste estudo ele mostra que as CEBs influíram no modo de ser dos grupos religiosos, baseados na convivência fraterna mais afetuosa e informal e mais inseridas diretamente na vida da Igreja particular. Também a presença dos religiosos "contribuiu muito nas CEBs em termos de animação e aprofundamento evangélico e recebendo de volta, o enriquecimento que representa a atividade secular da fé" (Cf C. Boff, "Comunidade eclesial, comunidade política", Vozes, 1978 pág. 60 ss).

No VI Encontro Intereclesial de Trindade nos levantamentos feitos sobre os diversos tipos de participantes, ninguém estava lá enquanto religioso. Quem estava lá sem ser di-

retamente de base, era agente de Pastoral, ou estava na assessoria, ou nas equipes de serviço. Não considero isto negativamente. Apenas saliento este fato de que os religiosos presentes estavam ali enquanto integrantes de funções específicas. A vocação religiosa estava tão inserida que não aparecia em si mesma. Entre os 74 observadores estrangeiros calculo que quase 40 eram religiosos. Havia religiosos. Havia vários religiosos na Imprensa e Documentação e vários nas equipes de serviço. Entre os 28 assessores, 9 eram religiosos. Havia religiosos na própria equipe de coordenação, e talvez se possa afirmar que mais de 1/3 dos 203 agentes de Pastoral presentes, eram religiosos. Participando do Encontro e convivendo com eles naqueles dias me dei conta de que muitos deles viviam inseridos em comunidades populares, a maioria na realidade rural, e outros no mundo urbano.

Esta contribuição dos religiosos ocorre nas CEBs, e atualmente acontece também como inserção nos movimentos populares. As CEBs são células de Igreja e a integração se dá mais tranqüilamente. Os movimentos populares são autônomos e dentro deles militam cristãos e não cristãos. Daí que a inserção dos religiosos é mais exigente. Os religiosos e religiosas militantes nestes movimentos, em geral chamam atenção pela consagração ao povo e pelo amor que testemunham e vivem.

Atualmente, no Brasil, há aproximadamente cem acampamentos de lavradores sem terra. Em muitos deles é decisiva a participação e o apoio discreto e respeitoso por parte de religiosos. Eles assessoram eaju-

dam em tudo o que podem. Houve e há casos de religiosos que passam a morar com os acampados nas precárias condições de vida dos acampamentos, e assim dão uma presença e contribuição inestimáveis.

Em algumas aldeias indígenas também há pequenas comunidades de religiosos ou religiosas. É diferente de antigas missões que, às vezes, construíam grandes casas para atrair, civilizar e cristianizar os povos indígenas. Estas simplesmente vivem com eles e procuram se encarnar na cultura destes.

Em todas as grandes cidades brasileiras há grupos de religiosos e religiosas vivendo com o povo nas periferias, animando a Pastoral Popular e dando seu testemunho de Fraternidade.

Um dos trabalhos mais comumente animados por religiosos de meio popular é a animação bíblica. Eles e elas acompanham os grupos cristãos populares na leitura que estes fazem da Bíblia e como ligam a Palavra de Deus com a realidade. Vários regionais do CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) são coordenados por religiosos e religiosas de meio popular.

Uma das coisas que se diz com maior frequência sobre os religiosos é que a Vida Religiosa é sinal. É Sinal escatológico do Reino de Deus. O problema é que para ser isto é preciso que o mundo possa ler, saiba decifrar este Sinal. Além disso, é necessário observar que o Reino de Deus já começou e está em gestação ativa na nossa vida. Se fosse algo longínquo ou estranho, seus Sinais deveriam ser de um modo. Sen-

do o Reino já presente em gestação, seus Sinais devem ser coerentes com isso.

A partir de Jesus Cristo, o grande sacramento de Deus no mundo, os sinais do Reino são sinais de salvação, sinais do Amor e da proximidade de Deus com os homens. Os monges e as ordens religiosas formadas na separação dos homens destacaram, nesta descrição que o Concílio dá sobre a Vida Religiosa, o elemento "escatológico". Pensavam anunciar, pela separação do presente, a vida futura. J. Comblin ensina que este modo de pensar está mais na etapa do Antigo Testamento do que na do Novo (cf. J. Comblin, "Vida religiosa e os sinais do Reino", em Grande Sinal, Vozes, abril 1970 pág. 204).

Atualmente há comunidades monásticas que vêm sua ruptura com o mundo no sentido joanino de sistema social iníquo, e não se separam do povo, a não ser sublinhando, na comunhão com os homens, elementos necessários e compatíveis com a comunhão, como o silêncio, a escuta, a oração, e um método de vida comunitária. Resgatam os grandes valores da vida monástica tradicional, redescobrem a primazia do "Opus Dei" e do absoluto da procura de Deus no meio da comunhão com os oprimidos e em função de toda a Igreja. São contemplativos "in liberatione" (L. Boff). Como na História houve Mosteiros que, no conjunto de sua vocação, realçaram mais uma tarefa litúrgica, outros que se dedicaram mais ao ecumenismo, outros ao acolhimento dos peregrinos, outros à educação da juventude, atualmente há Mosteiros que

procuram se consagrar radicalmente à sua vocação monástica inseridos no mundo dos pobres (Cf. Marcelo de Barros Souza, *Comunidades Monásticas populares e a Oração da Igreja*", em *Grande Sinal*, setembro 1986 pág. 491).

6. Questionamentos e desejos

Como compreender, dentro da inserção dos religiosos no mundo dos pobres, a posição mais comum dos teólogos e mestres da VR: — "Para nós a questão nos parece decidida: a VR se define a partir do ser e da vida e não a partir do fazer e do trabalho" (C. Boff, "Comunidade eclesial, comunidade política", *Vozes*, 1978, p. 61)?

Não gostaria que se exagerassem estas distinções que valem mais como metodológicas do que como ontológicas. Quais as conseqüências concretas desta compreensão da VR para nosso assunto? Deus me livre que um irmão ou irmã consagrado totalmente à luta do povo, de repente se perguntasse se isso é tarefa de religioso ou não, e isto o levasse a vacilar ou recuar em sua doação. A distinção feita deve valer noutro sentido. Primeiramente, como é da ordem do ser e não do fazer, não é da natureza da vida religiosa dever se especializar em tal tarefa eclesial ou cristã, e considerar tal outra como não própria para religiosos. A questão deve ser outra. Na tarefa que o amor e o zelo pelo Reino de Deus lhe confiar, o religioso deve se interrogar sobre como manifestar o mais característico do seu ser religioso.

Neste sentido é que podemos, como irmãos, preocupados com a missão, com a causa do povo e convictos do valor da Vida Religiosa inserida no mundo dos pobres, provocar algumas perguntas e indicar algumas sugestões:

1. Admiro profundamente a tenacidade e fidelidade com que, em lugares diferentes do Brasil, irmãos e irmãs, sozinhos ou em grupinhos de dois ou no máximo três estão inseridos na luta dos lavradores, ou dos moradores urbanos. Em alguns casos sei que, além de enfrentar os inimigos, e às vezes até arriscar a vida, ainda sofrem dificuldades de compreensão por parte da Congregação. Já aludi antes que, às vezes, o distanciamento mútuo provocado por estas incompreensões acaba levando o religioso em questão, a se sentir totalmente ligado ao povo, mas a perder a identificação com a sua ordem ou congregação. Pode até se decepcionar com a própria vida religiosa.

De repente o povo vê nele um excelente companheiro, mas não vê nele nada de um religioso. Isto o isola porque, pelo seu estado de vida, nem vive igual a qualquer pessoa da comunidade com marido ou mulher, e nem tem mais um motivo forte para ser diferente. Muitas crises e problemas se manifestam assim. Julgo importante que, tanto os superiores e responsáveis, como também os religiosos de meio popular, mantenham o diálogo e o relacionamento. Isto é útil ao religioso, à congregação e ao próprio povo.

2. Nós vivemos num mundo pragmático no qual as relações são meramente funcionais. Infelizmente

esse tipo de condicionamento atinge até a pastoral e as nossas dioceses e órgãos de Igreja.

Quantas vezes se tem constatado, por exemplo, mesmo em partidos ou organizações de caráter popular e com ideologia libertadora, um modo de tratar as pessoas pouco pessoal e até desumano?

Creio que aí tem sentido os religiosos considerarem sua vocação na ordem da vida e do ser e não apenas da ação. Se os religiosos, inseridos no meio do povo aceitarem viver eles mesmos, e serem testemunhas de relações novas, mais humanas e profundas, estarão retomando uma tradição da Vida Religiosa em função da causa do povo, e dando à caminhada popular um elemento insubstituível.

3. Há alguns anos atrás, algumas comunidades e ordens masculinas refletiam sobre o sentido da vida religiosa independentemente do caráter sacerdotal. Queriam desclericalizar sua vocação e acentuar uma missão específica, um carisma próprio do ser franciscano, ou monástico beneditino. Atualmente parece que se fala menos nisto. Creio que esse tipo de reflexão poderia caber na linha de revalorizar a diversidade dos ministérios e de cuidar para que a Igreja possa contar com a riqueza dos diversos serviços dos quais precisa e tem direito a esperar dos seus filhos.

Neste sentido é provável que a inserção mais de encarnação que acentuei, e a outra mais de liderança militante, correspondam em certo sentido a estas duas correntes: uma monacal ou estritamente religiosa, e

a outra de Agente de Pastoral. Não me parece bom polarizar demais estas funções. Mas realmente são acentuações, uma mais na ordem do viver, testemunhar e se inserir até o fim na vida inteira, e a outra mais no trabalho. Creio que é importante que os religiosos que simplesmente querem viver com o povo, também participem ativamente da Pastoral popular. Vejo também que esta Pastoral ganha muito quando há irmãs e irmãos mais sensíveis à presença gratuita e à inserção de amizade e comunhão total.

4. É neste sentido que estou absolutamente convencido de que, para os religiosos viverem uma fecunda inserção nos meios populares, precisam fundamentalmente de uma vida de Oração organizada, estável e que alimente a sua missão. A oração, tanto pessoal como comunitária e litúrgica, constitui não apenas uma espécie de condição indispensável para a missão. No caso dos religiosos ela é constitutiva da própria missão. Já não podemos separar contemplativos e ativos. Na América Latina buscamos a oração na ação. Cada grupo e congregação vive esta unidade do seu modo, mas todos precisam. E não conseguem, no meio do povo, viver isto espontaneamente. Precisam de um quadro de referências, de um horário e um ambiente adequados. (ver Marcelo Barros Souza, "A Vida vira oração", in "Como rezar os salmos hoje", Ed. Paulinas, 2.^a ed., 1985; e "Seu louvor em nossos lábios", "O Ofício Divino nas comunidades religiosas populares", Ed. Paulinas, 1986).

Evidentemente, fazer disso uma lei rígida, poderia nos levar ao reformismo de transpor a estrutura antiga em roupas novas. Não deveria ser assim. Penso que, de acordo com as necessidades da missão e as possibilidades do grupo, se trata de segurar os momentos necessários e possíveis de oração que ajudem cada um a viver uma atitude constante de oração na própria luta do dia a dia. Isso pode ser um bom instru-

mento de relacionamento fraterno, de partilha dos problemas e de apoio mútuo. Dará força a cada irmão e irmã de servir no meio destas comunidades de mártires. Quantos destes mártires latino-americanos, e especificamente brasileiros, são religiosos? Eles nos lembram que a vida religiosa, desde o início e hoje em nosso país, tem mesmo de ser um martírio (testemunho) radical do Reino de Deus. □

Não pode caminhar quem leva coisas demais

Bíblia — “Mestre, labutamos a noite inteira sem NADA pegar. Mas, por causa de tua palavra, vou lançar as redes”, Lc 5, 5.

Leitor — É mister sempre recomeçar. Não cabe a nós calcular o último resultado. A pesca é dEle. Ele não pede estatísticas de resultados finais. Ele exige, apenas, presença, ação, fidelidade.

Bíblia — “Encheram as duas barcas, a ponto de começarem a afundar”, Lc 5, 7.

Leitor — O poder de Deus sem a nossa participação é estéril. Deus pode sozinho, mas quer contar conosco. Sempre há uma porta, misteriosa e invisível, por vezes, que se abre para o infinito das possibilidades de Deus. Não há situações impossíveis de se superar. Nenhuma cadeia é mais poderosa do que o poder de Deus. Aguardar, pois, sempre este momento diferente, o momento da surpresa imprevista da graça.

Bíblia — “Eles arrastaram as barcas para a praia e, deixando TUDO, o seguiram”, Lc 5, 11.

Leitor — Nem pobreza nem riqueza impressionam a Deus. Deus não quer nossos bens nem nossos sacrifícios. Ele quer a nós mesmos. É impraticável, porém, esta entrega em confiança sem desapego efetivo. Não pode caminhar quem leva coisas demais. *A esterilidade se liga à abundância.* Dinheiro, bens materiais, apegos afetivos, posições intelectuais, pontos-de-vista, análises científicas pessoais, o poder, como pesam, imobilizam, impedem a caminhada, a marcha, a ação (Pe. Marcos de Lima, SDB).

TEMPO E CRESCIMENTO INTERIOR

O tempo não é um intervalo inerte. Não é tampouco um agente destrutivo. É antes a dimensão necessária de toda passagem do abstrato, do inconsciente não percebido ao consciente refletido, valorizado, assumido.

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Rio de Janeiro, RJ

O tempo é a história que se faz conosco e caminha em nós. Não somos nela algo isolado e solto. Somos, sim, fio contínuo, na intrincada trama relacional da vida. Só neste contexto temos sentido. Só aí podemos ser retamente percebidos por nós e pelos outros. Por isso, nunca é nem pode ser irrelevante ou indiferente o momento em que vivemos. Crescemos na medida em que se faz consciente em nós o caminhar deste tempo total, no qual realmente somos aquilo que somos.

A idade, pois, o ciclo e o ritmo da vida não são algo para ser minimizado ou perdido, ignorado ou temido. São, antes, a grande ocasião de potenciar a vida e de gratificar-se pela sua riqueza. São a oportunidade de abrir-se a perspectivas novas e a surpresas insuspeitáveis. Apre-

de-se, por aí, a ser capaz de se descobrir em si, em plena idade madura, a espontaneidade da criança ou do jovem, este sentir a vida e deixar-se plasmar por ela. São sempre interiormente jovens os adultos que assim vivem.

Ainda mesmo o negativo aparente ou real da vida, aquilo que se julga perdido ou, de fato, é adverso, o conjunto de frustrações e contradições, as lutas e provações, o sofrimento incompreensível e o entroncamento de muitas mortes psicológicas e morais em nossa vida, tudo pode voltar a ser em nosso tempo. Quando nos rendemos à perda de nós mesmos, quando renunciamos a perseguir o inatingível e a chorar o irrecuperável, então o vazio — este nada indefinível que parece ficar em nós — não é estéril. Ele é ou pode tornar-se surpreendentemente fecundo. A semente nasce da paradoxal plenitude deste nada, esta perda de nós mesmos que se faz no tempo.

Texto publicado em **Família Cristã**, fevereiro de 1986, p. 12-13.

Surge daí outra visão da vida, na descoberta de uma serena liberdade: a de sermos livres de nós mesmos e em relação a nós. Por aí entendemos melhor que a condição e o preço da vida de uma espiga é a morte de um grão.

A possibilidade de vida no tempo é o talento e o dom de nele acolher e assumir o suceder-se de muitas mortes e infundir-lhes alento e sentido. Só por aí alcançamos o cerne da vida que é o crescimento na liberdade de ser livres de nós e para nós, para os outros e para Deus. Onde falha ou falta alguma destas liberdades, aí há promessa e vigília de morte, se é que já não se fez morte o que era ou apenas parecia vida.

Tempo e sabedoria

Ninguém improvisa este tipo de vida. Ele se cria e se nutre de uma outra visão do tempo, de uma nova atitude em relação a ele. Uma vida assim se tece no cotidiano silencioso e simples. Tudo isso é parte deste dom da vida que em nós frutifica sem percebermos, e lentamente se faz sabedoria. Seria inútil pretender atingi-la em pouco tempo, querer alcançá-la às pressas ou tentar recuperá-las nas horas tardias do crepúsculo da existência, se antes a ignoramos ou mesmo a relegamos na trajetória deste longo dia, que é a própria duração da vida.

O tempo não é um intervalo inerte. Não é tampouco um agente destrutivo. É antes a dimensão necessária de toda passagem do abstrato ao concreto, do inconsciente não percebido ao consciente refletido, valo-

rizado e assumido. O tempo é berço e espaço de nossa identidade. No plano humano, o tempo é um fator indispensável de existência e história, de crescimento e maturação.

Somente no tempo, algo se faz em nós realidade, algo se nos revela como a nossa verdade. Verdade que nada mais é do que a consistência transparente da própria vida, na surpresa da coerente fidelidade a ela mesma. Por isso, o tempo não é apenas um dado cronológico e mensurável. Ele envolve e permeia a realidade total que em nós se cria e amadurece. O nosso tempo somos nós mesmos no diuturno caminhar do nosso existir. São os outros e suas veredas e destinos que, com os nossos, se cruzam. É o todo da existência em que estamos imersos. O tempo é a malha capilar e complexa, na qual vivemos, nos movemos e somos, e sem a qual não nos entendemos nem nos situamos.

Tempo e ação divina

É no tecido deste tempo que se desenham os desígnios, os apelos e os eventos do Senhor em nossas vidas. É aí que intuímos o alcance e o relevo do que acontece em nós e ao redor de nós. No tempo, se processam ou se matizam os traços das pessoas, nos vincos do caráter, como nos sulcos da face. No tempo e com ele, corrigem-se as impressões primeiras. Descobre-se com ele o que sem ele era impossível entrever. Na clave do tempo, revela-se o que, sem o tempo, parece mistério impenetrável. No tempo se elabora a história.

Olhando para trás, o tempo nos permitia perceber o que não vimos, compreender o que não entendemos, viver o que não sentimos. Olhando para a frente, o tempo alicerça em nós a esperança do que almejamos. Nele se torna viável o que é hoje inatingível. Nele se conquistam as metas e os projetos árduos, abrangentes e duradouros. Em face do presente, o tempo nos descobre a realidade do que somos, pela articulação promissora do que fomos, com os sonhos que alimentamos e as utopias que nos propomos. A vida ganha assim relevo, perspectiva e direção. Esta emerge do finito em nós e ruma para o infinito em Deus.

No tempo, o homem encontra na oração o Deus sem tempo e de todos os tempos. O Deus que se faz história ao passo do homem e o Deus que transcende o homem no próprio horizonte da história. O tempo é o preço inevitável de toda espera. Mas é também o pressuposto e o lastro da esperança. No coração da esperança vive e revive sempre a descoberta de quanto é precioso o tempo.

Tempo e experiência do limite

No trilho de nossas vidas, o Senhor lança incansável a semente da palavra. O precipitado, o irrequieto e tumultuado é solo árido e pedregoso. Aí a palavra não deita raiz. Sufocam-na os espinhos. As aves vêm comê-la à beira do caminho. Já, porém, no sulco da existência que o tempo sazou, a semente cresce sem que saibamos. Em terra boa vai o processo adiante e paciente, no silêncio do tempo. O húmus que

somos produz então primeiro a erva, depois a haste e, por fim, a espiga. Esta, cheia de trigo, é promessa de pão: pão do sustento, pão da palavra e pão da vida, do qual se nutre a comunhão entre nós com o Senhor.

Só na consciência da fecundidade do tempo, ganha sentido em nós a pobreza existencial da vida. Só por aí não será traumática ou frustrante a experiência do próprio limite. O mundo caminhou sem nós e antes de nós. Seguirá sem nós, depois de nós. Que mais nos pode falar melhor de nossa fragilidade e irrelevância? E, no entanto, por este mesmo estar no tempo nos é dada a chance única e irreversível de ser, de existir e, não menos, de tornar relevante aquilo que somos e fazemos. Neste sentido, é totalmente singular o tempo de cada pessoa. É inconfundível o que nele tece cada um. Por isso o tempo acaba por ser parte de nós mesmos. Não se capta sem ele a nossa identidade. A esteira de vida que deixamos ao sulcar o tempo leva em si a nossa marca, como em nós deixa o tempo o seu vestígio.

A inconstância é uma constante em nossa vida. Vivemos do estímulo de fortes motivações. Levam-nos adiante, enquanto dura a força de seu impulso. Depois, arrefecemos. De novo, tudo em nós se torna lento. Parece-nos voltar ao ponto de partida. Cresce então a desilusão de nós mesmos. Pensamos não valer a pena qualquer esforço. Não vai ser sempre o mesmo recomeçar, com a certeza de que um pouco adiante de novo vamos parar?

Uma palavra amiga, uma sugestão entusiasta, o reconhecimento positivo de algum trabalho ou atitude nossa, um horizonte inesperado que se descortina, idéias novas ou metas conseguidas, tudo isso nos traz vida, nos aquece e impele, leva-nos a caminhar a largos passos. Mas quase tudo se esvai com o tempo e nos deixa a sensação de não termos avançado ou até mesmo de termos regredido.

Esta experiência ainda se faz mais evidente em nossa relação com Deus. Sentimos Sua presença forte. Ouvimos Seu apelo. Confiamos nele. Não raro, o descobrimos, sob um ângulo inteiramente novo, jamais visto ou suspeitado. Deus se faz muito vivo para nós. Sabemos em quem acreditamos. Isto pode acontecer num momento intenso de oração, pode vir pelo impacto de uma forte experiência. Deus surge na mediação das pessoas que o revelam ou a ele nos conduzem, por sua palavra ou seu silêncio, por seu gesto ou atitude, pela fidelidade, gratuidade e transparência de seu ser. Mas também aí não se escapa à erosão do tempo. Lentamente se esbate esta presença do Senhor. Sem que disto nos demos conta, parece crescer tanto nossa distância em relação a Ele, que, afinal, não mais conseguimos percebê-lo, acompanhá-lo, distinguir-lhe os traços e nem mesmo voltar a ouvi-lo, reconhecê-lo quando Ele, não raro, de fato, fala e se manifesta.

Ambivalência do tempo

Por que tem o tempo tanto impacto sobre nós? Por que o vemos e sentimos como algo que lentamen-

te nos consome? Será possível pensar sobre ele de um outro modo? O tempo atua inexorável sobre coisas e pessoas. Não o detém nada e ninguém. Desde cedo, os homens sonharam eludir-lhe a força. Há hoje toda uma indústria em torno disto. Lidar com o tempo nas pessoas tornou-se especialidade em Medicina, desafio em Psicologia, incentivo em Turismo. Consegue-se retardar-lhe o ritmo, disfarçar-lhe os efeitos... Mas o tempo continua impávido a sua marcha na história e nos homens e, afinal, nos vence a todos. Certamente é bem assim.

Mas destruir não é a única missão do tempo. Há nele essa outra dimensão mais positiva, construtiva, prospectiva. Esta é mais fecunda e não menos importante. Não se pode ignorar a face dura e realista do tempo. Antes é necessário levá-la em conta e mover-se a partir dela. Mas é fundamentável viver o tempo na esperança, suscitar, desenvolver e desfrutar plenamente seu fecundo potencial.

O tempo perguntou ao tempo quanto tempo o tempo tem. O tempo respondeu ao tempo que o tempo tem tanto tempo quanto tempo o tempo tem. Este jogo de palavras que aprendi ainda criança foi das poucas coisas que resistiram ao tempo em minha memória que tudo esquece e parece não ter tempo. Guardei-o, talvez, porque ele traduz bem esta auto-afirmação do tempo, sua implacável independência, este avançar inclemente e inexorável, que explica tanto nossa postura em relação a ele.

Mesmo após o impacto de uma conversão individual ou de uma revolução social, algo de profundo continua a caminhar no mais íntimo de um homem, de uma mulher ou de um povo. A história documenta com abundância que, nas pessoas e nas culturas, não há propriamente rupturas. Há um compor-se e reajustar-se lento das camadas mais profundas. Põe-se em movimento um processo paciente e caprichoso de nova sedimentação interior. Ela não se faz sem o tempo.

A educação também, de uma pessoa como de um povo, exige tempo e muito tempo. É imprescindível que a pessoa passe pelo ciclo da vida. Cada fase é aí importante e insubstituível. Traumas e carências

numa das etapas refletem-se sobre o todo da existência. Sulcam no tempo a personalidade e a vida, deixando-lhe a cicatriz que documenta o desrespeito ao tempo. O tempo nos assegura no tempo resultados inatingíveis sem tempo. O tempo não respeita o que sem ele foi feito. O tempo cimenta promessas bem fundadas que feneceriam sem ele. Não existe, por isso, maturidade sem tempo.

No tempo se constroem e se trabalham as pessoas e as culturas. No tempo toma rumo e consolida-se o nosso crescimento interior. Pela oração no tempo descobrimos o nosso Deus sem tempo. Ao se traduzir no tempo por seu Filho Jesus, ele nos tornou possível conhecê-lo e amá-lo, expressão maior de nossa liberdade no tempo. □

Ouvir o grito dos oprimidos

Medellín — “Um clamor surdo brota de milhões de homens pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte”, *Pobreza na Igreja*, 2.

Puebla — “O clamor agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador”, *O clamor por justiça*, 89.

Leitor — Urge superar uma visão meramente descritiva e fenomenológica da realidade. Urge identificar as causas geradoras deste clamor: minorias beneficiadas à custa de maiorias oprimidas. Um por cento (1%) dos mais ricos participam da renda nacional numa proporção igual à dos 50% mais pobres. Um pecado social e estrutural. É preciso ter urgência e persistência para atingir mais rapidamente o horizonte de fraternidade. Daí a opção preferencial pelos pobres e por sua libertação integral. Longe, porém, opções retóricas e solidariedade teórica (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de março de 1987

Em março de 1986, — faz um ano, portanto, — Mamãe morreu. Mamãe foi uma mulher muito santa. Lembre-se dela quando Você orar. Quando fiz o Retiro, de 2 a 9 de janeiro, revivi sua figura e **avalei as lições que a morte dita para a vida**. Subi à serra escoltado pelas últimas luzes do primeiro dia do ano. E cheguei à Casa do Retiro precedido pelas sombras inaugurais da noite, que começava a descer.

Lá em cima, há uma convocação permanente para Deus. A serra, de perto, é imensa e nos apequena. Mas a distância a volatiza e lhe confere leveza. Aliás, **todas as coisas são uma realidade inesgotável**, oceânica. A natureza transborda dos conceitos. Buscamos, então, insular os matizes, as diferenças sutis, as dobras, os labirintos, como em rico bordado. **Em tudo o que existe se oculta o Mistério do Sagrado num suave resplendor**. A contemplação da natureza é coisa para muito luxo. Imagine-se, agora, auscultar Deus no descortino da amplidão e no silêncio! É aprisionar o infinito na antena do próprio ouvido. É exaurir o oceano na concha da própria mão.

A vida carrega a morte como sua substância mais íntima. Nem por isso será preciso que o pensamento da morte seja sempre o tema de nossos pensamentos. No entanto, só a morte convence que **DEUS é totalmente maior do que nós**. Renda-se, pois, o excesso de racionalismo arrogante e paranóico a uma silenciosa entrega a Deus e a uma confiança ilimitada nEle. Só Deus ultrapassa e resgata o fugaz momento de nossa consciência. A morte evidencia que **NADA nos pertence. Nossa vida está nas mãos de Deus**. É aí, na tergiversação dialética da vida e da morte, que Deus plantou um indestrutível mastro de Sua presença, de Seu apelo e de Seu poder. "É o Senhor quem dá a morte e dá a vida; faz descer à sepultura e faz voltar", 1 Sm 2, 6.

A consciência de que a morte é, também, o limite inexorável de nossas oportunidades obriga-nos a aproveitar ciosamente, ao máximo, cada um de seus momentos. **Cada momento é tempo único, irrepetível**. Se perco o presente não terei outro igual e minha realização poderá ficar irremediavelmente truncada. Entretanto, irrefragável paradoxo, o caráter fragmentário de uma vida não prejudica o seu sentido porque a vida não é quilatada, somente, pela sua duração cronológica. Quanta sinfonia incompleta não há entre as mais belas!

Só a FÉ garante que a vida não se acaba com a morte. Nem a morte é, simplesmente, o fim da vida. A morte é a condição para se lograr a ressurreição. E a ressurreição é a plenitude do dom da vida, a afirmação incontestada do triunfo final da vida sobre todos os germes da morte (Rom 6, 9). É a vida inexaurível. **Fé, portanto, em Deus, com imperturbável paciência e humildade**. Esperar só dEle o que a criação toda é incapaz de outorgar: a intuição última, o encantamento e o gozo do Seu Mistério, em plena luz, o fulgurante conhecimento do próprio estado, em definitivo.

"O Espírito sopra onde quer", Jo 3, 8. Urge tornar-se como que catavento sensível, apto a rastrear as lufadas provenientes deste Espírito. Só Ele, mediante a fé, nos habilita a viver o desígnio de Deus, inscrito em cada acontecimento, identificando também, ainda que em filigrana, a assinatura de Quem é sempre Pai.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB